

# um partido necessário

10 anos do **PSOL** 



**Juliano Medeiros e Israel Dutra**  
(organizadores)

UM PARTIDO NECESSÁRIO  
10 ANOS DO PSOL



PSOL  
PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

<i>Presidente</i>	Luiz Araujo
<i>Secretário Geral</i>	Fernando Silva
<i>2ª Secretária Geral</i>	Araceli Lemos
<i>Secretário de Finanças</i>	Israel Pinto Dutra
<i>2ª Secretária de Finanças</i>	Zeneide Nazaré Dos Santos
<i>Secretaria de Organização</i>	Leandro Martins Costa
<i>2ª Secretária de Organização</i>	Tetê Monteiro
<i>Secretária de Comunicação</i>	Albanise Pires
<i>2ª Secretária de Comunicação</i>	Brenna Paula Tavares
<i>Secretaria de Mov.Sociais</i>	João Carlos Dantas
<i>2ª Secretária de Mov.Sociais</i>	Luciete Maria Da Silva
<i>Secretário de Rel. Internacionais</i>	Francisvaldo Mendes
<i>2º Secretário de Rel. Internacionais</i>	Edilson Silva
<i>Secretária de Rel. Institucionais</i>	Mariana Costa Riscali
<i>2º Secretário de Rel. Institucionais</i>	Michel Oliveira Lima
<i>Secretária de Formação</i>	Zilmar Averita
<i>2ª Secretária de Formação</i>	Tárzia De Medeiros



FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS

<i>Presidente</i>	Juliano Medeiros
<i>Diretor-financeiro</i>	Lucas Van Ploeg
<i>Diretor Técnico</i>	Gilberto Maringoni
<i>Produção Editorial</i>	José Ibiapino
<i>Revisão</i>	Soraya Misleh
<i>Capa</i>	Cláudio Zamboni
<i>Foto da Capa</i>	Shlo
<i>Editoração Eletrônica</i>	Zaha Comunicação

AFRÂNIO BOPPRÉ - ALBANISE PIRES  
BABÁ - CHICO ALENCAR - EDILSON SILVA  
EDMILSON RODRIGUES - GILBERTO MARINGONI  
IVAN VALENTE - JULIANO MEDEIROS  
LINCOLN SECCO - LUCIANA GENRO - LUIZ ARAÚJO  
MILTON TEMER - ROBERTO ROBAINA

# UM PARTIDO NECESSÁRIO 10 ANOS DO PSOL

JULIANO MEDEIROS E ISRAEL DUTRA  
(ORGANIZADORES)



Copyright © by 2016 Fundação Lauro Campos

1ª edição 2016 (Fundação Lauro Campos)

1ª reimpressão 2018 (Fundação Lauro Campos)

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

D532

Um partido necessário: 10 anos do PSOL / Juliano Medeiros e Israel Pinto Dornelles Dutra (organizadores). - Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2016.

174 p.; 14 x 21cm

ISBN 978-85-61475-02-4

1. Política – Brasil. 2. História – Brasil. 3. Partido Político – Brasil.  
I. Medeiros, Juliano; II. Dutra, Israel Pinto Dornelles; III. Título.

CDU: 32(81)(091)

CDD: 324 (22ª)

Bibliotecária Responsável: Patricia C.R. de Oliveira – CRB 8/9415

Ao companheiro  
Plínio de Arruda Sampaio



# SUMÁRIO

Apresentação .....	11
<b>Prefácio - Dez anos do PSOL</b>	
Luciana Genro .....	15
<b>Por uma história do PSOL</b>	
Juliano Medeiros .....	21
<b>A decadência do PT e o surgimento do PSOL</b>	
Babá .....	37
<b>O porvir do psol</b>	
Chico Alencar .....	53
<b>A alegria do amanhã</b>	
Afrânio Boppré .....	67
<b>Parece que foi ontem</b>	
Milton Temer .....	79
<b>Utopia renascida: o PSOL como desafio e promessa</b>	
Edmilson Rodrigues .....	91
<b>Socialismo com Liberdade: eis o convite desafiador do PSOL</b>	
Edilson Silva e Albanise Pires .....	105
<b>Breve balanço dos anos de legalização do PSOL</b>	
Roberto Robaina .....	113
<b>A disputa do espaço à esquerda</b>	
Ivan Valente .....	123
<b>Dez anos adiante</b>	
Gilberto Maringoni .....	137
<b>Um partido para um novo ciclo da esquerda no Brasil</b>	
Luiz Araújo .....	151
<b>Epílogo - Socialismo e Liberdade</b>	
Lincoln Secco .....	165



# APRESENTAÇÃO

Quando surgiu legalmente, em setembro de 2005, o Partido Socialismo e Liberdade era pouco mais que uma promessa. Mesmo o programa partidário, apresentado à Justiça Eleitoral como requisito para obtenção do registro formal da legenda, denota certa superficialidade, posto que é uma mescla de balanço da experiência petista, crítica radical às opções feitas em favor da governabilidade dos patrões por seu governo e alguns princípios gerais que apontam a necessidade de superação da ordem capitalista em favor de um pouco explicado socialismo democrático. Dez anos depois, embora possa se orgulhar da realização de todas as suas “profecias” quanto aos limites do modelo político e econômico mantido pelo Partido dos Trabalhadores, os desafios do PSOL continuam gigantescos.

Por exemplo, como impulsionar um potente movimento contestatório que coloque em xeque os pilares da dominação burguesa no Brasil? Qual o peso das organizações de massas e do Parlamento no desenvolvimento dessa tarefa? É possível governar em nível local nessa perspectiva? Qual o nível de democracia e centralização políticas necessárias internamente para termos um partido em condições de enfrentar esses desafios? Que influências teóricas assimilar e quais rechaçar? É possível uma via “pacífica” ao socialismo? Que experiências em nível internacional merecem nosso apoio e solidariedade? Qual a relação de um projeto socialista com os setores produtivos da economia nacional? Podemos – e devemos – ser um partido de “massas” ou de “quadros”? Essas são apenas algumas questões sobre as quais o PSOL tem se debruça-

do desde sua fundação e para as quais encontrou poucas respostas até agora.

Isso, no entanto, deve ser antes visto como uma oportunidade. Como partido vivo, construído no correr das lutas reais do povo brasileiro e inserido num profundo e ainda inacabado processo de reorganização da esquerda brasileira, não ter todas as respostas previamente pode ser uma vantagem. Isso ficará claro ao longo desta obra. O leitor tem em mãos uma síntese de diferentes percepções sobre o PSOL, sobre seu passado, seu presente e seu futuro. Nela convivem tradições das mais diversas: comunistas, trotskistas, socialistas democráticos, trabalhistas de esquerda e reformistas radicais. Essas diferentes perspectivas, que enriquecem o PSOL enquanto “abrigo” daqueles que não se reconhecem nos demais partidos de esquerda, são sua fortaleza. Embora nem sempre seja fácil encontrar um justo equilíbrio para a convivência dessas diferentes tradições no interior do PSOL, é o que reforça sua vocação para ser o desaguadouro do já mencionado processo de reorganização da esquerda brasileira.

Mas no que consiste esse processo? Primeiramente, no esgotamento do PT enquanto partido capaz de liderar um processo de transformações estruturais no Brasil. Sua opção pela combinação entre a governabilidade conservadora e a manutenção do modelo econômico herdado do neoliberalismo dos anos 1990 tornou-o o principal fiador da hegemonia das classes dominantes no Brasil. Além disso, as transformações que a sociedade brasileira viveu ao longo dos últimos 20 anos impulsionaram o surgimento de novos atores sociais capazes de questionar de forma autônoma – isto é, fora do “pacto conservador” promovido pelo lulismo – os limites do modelo político e econômico, reivindicando mais direitos. A combinação daquele esgotamento com esses novos atores tomou a forma de

questionamento generalizado do modelo político, com os efeitos da crise econômica internacional. Os protestos que varreram o País em junho de 2013 foram o sintoma mais visível desse processo de esgotamento – embora não o único.

Esta obra está dividida em três partes que abordam, em linhas gerais, um balanço do significado histórico do surgimento do PSOL na política brasileira dez anos atrás; uma avaliação dos seus desafios no presente, com o fim de um ciclo representado pelo lulismo; e uma tentativa de traçar perspectivas para o futuro do partido. Nela o leitor encontrará artigos de representantes de nossa bancada na Câmara dos Deputados, de dirigentes partidários e de intelectuais, com destaque para o epílogo do historiador Lincoln Secco, professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo.

Esperamos que esta obra permita a mais pessoas conhecerem o PSOL, seus objetivos, dilemas e perspectivas, e assim, compreender a real dimensão da empreitada histórica que esse jovem, mas imprescindível partido busca cumprir na política brasileira.

Os organizadores





e “do sonho, uma ponte”. As crises política e econômica avassaladoras que empobrecem a todos, exceto aos que vivem do rentismo e da especulação, exigem essa coragem de sonhar e de buscar o encontro com um novo futuro. Tudo o que vem ocorrendo encerra uma etapa. Um encerramento que de certa forma nós antecipamos – os expulsos e outros tantos dirigentes, como Roberto Robaina e Milton Temer, para citar dois dos mais importantes em nome de muitos. Agora temos muitos mais nessa caminhada de construção do novo, do qual o PSOL é ainda uma pequena parte.

Das lutas que travamos trazemos muitas experiências. Atravessamos uma conjuntura política muito especial, principalmente no ano de 2013, com as jornadas juvenis e populares que tomaram conta do Brasil e abriram uma reflexão profunda sobre o futuro da esquerda. Em 2014 enfrentamos o desafio de construir um programa para o Brasil que estivesse conectado com a mensagem deixada por junho. O resultado do processo eleitoral demonstrou que conseguimos nos fazer ouvir por uma parte significativa da população, principalmente da juventude.

Mas a falta de um modelo que possa hoje inspirar as novas gerações a seguirem lutando por uma sociedade livre da exploração e da opressão é um ponto marcante dos debates políticos. A crise econômica, que chegou com força no Brasil em 2015, evidenciou a falência de uma esquerda rendida ao capital. O stalinismo e suas variantes autoritárias faliram, assim como a social-democracia convertida ao social-liberalismo, cuja expressão brasileira é o PT. A ideia de que seria possível, e suficiente, construir um capitalismo com rosto humano, democrático e generoso é um fracasso cada vez mais evidente.

Se não antes, a crise econômica de 2008-2009 na Europa revelou os partidos da social-democracia como aplicadores dos planos de ajuste mais cruéis contra o povo,

idênticos aos aplicados pelos partidos mais conservadores. A tentativa da velha esquerda de “domar” o capitalismo acabou tendo o efeito inverso. Essa esquerda é que foi domada pelo capital. Os escândalos de corrupção que envolvem o governo, o PT e também políticos da oposição de direita são a expressão da falência do sistema, apodrecido e distanciado do povo.

Novos fenômenos surgiram nesse processo de crise e ausência de referenciais consagrados. Nesse sentido, a queda do muro de Berlim como símbolo da falência do stalinismo cumpriu um papel progressivo, pois colocou na ordem do dia a necessidade e a possibilidade de superarmos aquele paradigma de sociedades autoritárias que em nada mais contribuíam para a construção de uma referência livre de exploração e opressão.

O bolivarianismo na América Latina, o Syriza na Grécia, o Podemos na Espanha e até mesmo reações internas nas velhas estruturas partidárias, como Jeremy Corbyn no Partido Trabalhista inglês e Bernie Sanders no Partido Democrata dos EUA, são tentativas de encontrar outro caminho. São exemplos de uma vívida busca dos povos por novos caminhos.

O fato é que, independentemente do nome que possamos dar, segue viva a necessidade de derrotar o modelo capitalista de sociedade, que tanta miséria e desigualdade tem provocado no mundo, a tal ponto que 80 multibilionários detêm o equivalente da riqueza compartilhada pelos 50% mais pobres da humanidade. Por isso, não temos dúvida de que a Fundação Lauro Campos, juntamente com o PSOL, tem grandes desafios pela frente. Trabalhamos muito, e seguiremos trabalhando, para estarmos à altura desses desafios e contribuir de forma cada vez mais efetiva para a construção de uma alternativa que recolocque na ordem do dia a utopia concreta do socialismo.







# POR UMA HISTÓRIA DO PSOL

**Juliano Medeiros<sup>1</sup>**

Escrever uma história do Partido Socialismo e Liberdade é, inevitavelmente, escrever uma história do tempo presente. Não apenas porque os acontecimentos que marcam o surgimento do PSOL ainda reverberam sobre a política brasileira, mas porque o partido segue atuante, tendo se consolidado ao longo dos últimos dez anos como um importante ator da política brasileira. Por isso, os fatos descritos nesta breve introdução à história do PSOL terão que ser objeto de outros pesquisadores que queiram produzir, no futuro, uma análise profunda sobre os significados do surgimento desse partido.

Independentemente dessas considerações, o marco dos dez anos do registro legal do PSOL é uma oportunidade de prestarmos nosso reconhecimento ao papel que o partido tem cumprido como portador de uma mensagem de futuro para o Brasil. Embora o abandono da perspectiva socialista por uma parte da esquerda brasileira tenha retardado as reformas estruturais necessárias à transformação social em nosso país, ele não obstruiu definitivamente o sonho de um Brasil livre e igualitário, em outras palavras, um Brasil socialista. Inicialmente

---

1 Juliano Medeiros é historiador, membro da Executiva Nacional do PSOL e presidente da Fundação Lauro Campos.

atuando como um partido de “resistência” ao mantra da conciliação de classe, o PSOL se consolidou como partido necessário à democracia brasileira, e hoje é alternativa real para aqueles que apostam na reorganização das forças progressistas em torno de um projeto que supere os limites da experiência que comandou o País nas últimas duas décadas. Como afirmamos na campanha eleitoral de 2014: avançar em relação ao que temos hoje, negando qualquer forma de retrocesso.

As crises, como sabemos, também são janelas de oportunidades. Por isso, refletir sobre o papel do PSOL na política brasileira, exatamente quando o País vive o esgotamento de um ciclo e o aprofundamento dos efeitos da crise econômica internacional, é uma chance de pensarmos os desafios da esquerda brasileira. Vamos, pois, a essa breve história do PSOL.

### **O Brasil no começo dos anos 2000**

Quando os anos 1990 chegaram ao final, o mundo ainda vivia os efeitos nefastos da política neoliberal implementada desde meados da década anterior. A adoção da agenda do “Estado mínimo” por parte de sucessivos governos latino-americanos levou à privatização do patrimônio público, à reprodução de incontáveis escândalos de corrupção, ao desmonte dos serviços públicos essenciais, ao aprofundamento das desigualdades.

No Brasil, os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) seguiram a mesma lógica. Com a criação do Conselho Nacional de Desestatização, foram privatizadas empresas lucrativas como a Companhia Vale do Rio Doce, a Telebras, várias do sistema elétrico, a malha nordeste da rede ferroviária, além de inúmeras rodo-

vias federais. Em agosto de 1997, o governo FHC promoveu a quebra do monopólio da exploração do petróleo, conquista da soberania nacional que perdurava desde a criação da Petrobras, nos anos 1950.

Pouco a pouco, porém, a política neoliberal foi mostrando seus desastrosos resultados. A ampliação da desigualdade, a retomada da inflação, a desvalorização monetária e a vulnerabilidade externa às crises internacionais em países como México, Rússia e Coreia do Sul fizeram crescer a insatisfação popular e o fortalecimento de partidos e movimentos sociais críticos ao neoliberalismo. Nesse contexto, o PT, que liderava o bloco das oposições, passou a gozar de crescente apoio popular. Seu principal líder, Luís Inácio Lula da Silva, derrotado nas três eleições anteriores, moderava seu discurso e angariava apoio entre setores antes hostis à possibilidade de um governo de esquerda. Esse processo, embora contraditório, animava um amplo espectro de movimentos sociais, que viam na possibilidade de vitória de Lula uma oportunidade de encerrar os difíceis anos de neoliberalismo.

Enquanto crescia a resistência popular às medidas neoliberais, a esquerda discutia seus rumos. Enquanto alguns advogavam em favor de uma moderação nas propostas e discursos contra o neoliberalismo, outros defendiam uma plataforma de mudanças estruturais de caráter antimonopolista, antilatifundiário e anti-imperialista. A liderança petista, ao longo dos anos 1990, já vinha se adaptando à moderação política e realizando perigosas concessões programáticas. Apesar de experiências inovadoras em cidades como Belém e Porto Alegre, as administrações petistas adaptavam-se cada vez mais rápido às restrições impostas pelo novo marco legal do neoliberalismo e pela necessidade de apresentar “resultados”.

Quando chegaram as eleições de 2002 a esquerda

encontrava-se dividida. A maioria do PT, liderada por seu presidente, José Dirceu, implementou uma tática que compreendia uma aliança heterodoxa (com o industrial José Alencar, do Partido Liberal), um programa mais moderado e promessas de cumprimento dos acordos com o mercado financeiro firmados pelo governo FHC. Uma minoria, representada pela esquerda do PT e por partidos menores que não apoiavam a candidatura de Lula, resistia a esse caminho. A eleição, como sabemos, representou o fim dos anos de tucanato, elegendo Lula para seu primeiro mandato, após três tentativas malsucedidas.

Eleito, Lula cumpriu os compromissos firmados com o mercado durante sua campanha: sofrendo os efeitos da crise econômica que atingiu o País, seu governo implementou um forte ajuste fiscal de caráter conservador que elevou a meta de superávit primário, aumentou as taxas de juros, renovou a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e enviou ao Congresso Nacional a proposta de emenda constitucional que alterava o regime da Previdência Social dos servidores públicos.

Se os ajustes fiscais (juros, superávit, metas de inflação) já eram suficientes para estarrecer até o mais moderado dos petistas, já que representavam uma clara adesão às teses macroeconômicas do tucanato, a reforma da Previdência parecia um pesadelo: pela primeira vez o PT defendia a retirada de direitos dos trabalhadores. A reforma da Previdência abriu uma crise entre o governo e parte do movimento sindical brasileiro. Os servidores públicos, históricos eleitores do PT, se converteriam a partir daí em base do eleitorado da oposição. No âmbito do partido, a bancada mostrava-se rebelde. A oposição interna gerou uma dissidência pública. Parte dos parlamentares petistas votou contra a reforma da Previdência, sendo expulsa em seguida; outra parte se absteve, sofrendo uma série de

sanções internas. Mesmo diante da saraivada de críticas, o governo conseguiu aprovar, na noite do dia 11 de novembro de 2003, a famigerada reforma da Previdência, que entre outras medidas aprovou a taxaçoão dos servidores públicos inativos e o aumento da idade mínima para a aposentadoria. Era a primeira vez na história política brasileira que o PT capitaneava um ataque aos direitos dos trabalhadores. Naquela noite, o partido assinou sua primeira certidão de óbito como alternativa para a transformação social. Ali morria, simbolicamente, o PT nascido no Colégio Sion, em 1980<sup>2</sup>.

Apesar do engajamento de toda a chamada “esquerda petista” em sua defesa, os parlamentares dissidentes foram expulsos do partido em 2004. O grupo era formado pelos deputados João Fontes, Babá e Luciana Genro e pela senadora Heloísa Helena. Junto com eles, saíram outras lideranças petistas de peso, como o jornalista e ex-deputado Milton Temer, o filósofo Leandro Konder e o sociólogo Francisco de Oliveira, dentre outros. No mesmo ano surge o Movimento por uma Esquerda Democrática, embrião de um novo partido político. Desse movimento participavam, além de lideranças egressas do PT, dirigentes oriundos do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e lideranças do Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL). Esse grupo daria origem, em julho de 2004, ao PSOL.

## Nasce o PSOL

O partido iniciou uma campanha nacional de co-

---

2 MEDEIROS, Juliano. A segunda morte do PT. Publicado em [www.psol50.org.br](http://www.psol50.org.br) e outros.

leta de assinaturas em meados de 2004. Utilizando apenas recursos oriundos da contribuição militante de seus apoiadores, foram montadas centenas de pontos de coleta de assinaturas nas praças de todo o País. O movimento ganhava força e atraía cada vez mais adeptos, tornando-se o destino natural de outros petistas contrários aos rumos de seu partido e do governo Lula.

O PSOL ainda não tinha conquistado seu registro definitivo quando eclodiram as denúncias do chamado Mensalão. O escândalo denunciado numa revista de circulação nacional atestava o recebimento de vantagens indevidas por servidores dos Correios indicados pelo então líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Roberto Jefferson. O PTB era um dos partidos que, até 2002, não compunham o leque tradicional de alianças do PT. Havia sido guindado ao primeiro escalão do governo Lula, de acordo com as novas diretrizes impostas pela direção do partido, em nome da governabilidade. A partir daquelas denúncias, desvendou-se um esquema de tráfico de influência que envolvia o pagamento de dívidas de campanhas de aliados, o desvio de recursos públicos e a lavagem de dinheiro através de agências de publicidade.

No interior do PT deflagrou-se uma segunda crise. Os parlamentares críticos aos rumos do governo uniram-se numa frente em favor de mudanças no partido. Era o chamado “Grupo dos Trinta”. Na eleição interna, esses deputados apoiaram a candidatura de Plínio de Arruda Sampaio à Presidência do PT. Era uma última tentativa de mudar o partido por dentro. Morta a democracia interna, os grupos ligados ao Palácio do Planalto foram vitoriosos e elegeram o ex-ministro Ricardo Berzoini para a Presidência do PT. Parte dos apoiadores da candidatura de Plínio e alguns deputados que integravam o “Grupo dos Trinta” decidiram sair do PT, já que disputá-lo por den-

tro tinha se tornado inviável. A opção, como não poderia deixar de ser, foi o novo partido que nascia.

O PSOL alcançou as assinaturas necessárias à legalização no final do primeiro semestre de 2005, em meio à crise do Mensalão. Seu registro junto à Justiça Eleitoral foi concedido em 15 de setembro do mesmo ano. Duas semanas depois, novos parlamentares e lideranças partidárias se somavam ao PSOL, entre eles os deputados Ivan Valente, Chico Alencar, Orlando Fantazzini, João Alfredo e Maninha, além de dirigentes como Plínio de Arruda Sampaio, Edmilson Rodrigues, Afrânio Boppré, Brice Bragatto, Renato Guimarães, Jorge Almeida, Berna Menezes, Gilberto Maringoni, Luiz Araújo, Marcelo Freixo, dentre outros. Com essa segunda leva de militantes, surgiu um novo PSOL, mais amplo, plural e representativo.

Registrado, esse partido enfrentaria as urnas pela primeira vez em 2006. Como candidata à Presidência da República o partido escolheu a senadora Heloísa Helena. Contra ela concorreriam o então presidente Lula (PT), o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), o senador Cristóvam Buarque (PDT), além de outras candidaturas de partidos menores, como PCO, PRP, PSDC e PSL. A candidatura do PSOL recebeu o apoio do PSTU e do PCB, formando a chamada “Frente de Esquerda”. Como candidato a vice-presidente o PSOL acolheu o cientista político César Benjamin, preso político durante a ditadura civil-militar e reconhecido intelectual da esquerda brasileira. Com uma campanha militante, com pouco tempo no horário eleitoral gratuito de rádio e televisão e com um partido ainda em fase de organização, Heloísa Helena alcançou um excelente desempenho: foram 6.575.393 votos (quase 7% do total), ficando em terceiro lugar. Disputaram o segundo turno os candidatos Lula (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB), sendo reeleito o

candidato petista.

Naquele pleito o PSOL elegeu seus primeiros parlamentares (até então, a legenda contava com parlamentares eleitos ainda no PT). Em São Paulo, o partido elegeu Ivan Valente; no Rio de Janeiro, Chico Alencar; e no Rio Grande do Sul, Luciana Genro. Além disso, o PSOL elegeu seu primeiro senador: o professor José Nery, suplente de Ana Júlia Carepa (PT), que assumiu o governo do estado do Pará. Ele havia ingressado no partido no ano anterior.

Depois das eleições, o PSOL voltou-se para sua organização interna. Em 2007 realizou seu primeiro Congresso Nacional. Nele seria eleita sua direção nacional e aprovadas as resoluções políticas que armariam o partido para o segundo governo Lula. O Congresso, realizado no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), elegeu a senadora Heloísa Helena para a Presidência do PSOL e fez importantes ajustes no programa e no estatuto do partido. Na Câmara dos Deputados, Chico Alencar era escolhido líder do PSOL e comandava lutas como o “Fora Renan”, campanha que exigia a renúncia do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL), envolvido em denúncias de corrupção. Esse último renunciaria em dezembro à Presidência do Senado devido à pressão da opinião pública. No mesmo ano, o PSOL lideraria a campanha em solidariedade a Dom Luiz Flávio Cappio, bispo de Barra (BA), que realizou uma greve de fome durante 24 dias contra a transposição do Rio São Francisco, iniciada pelo governo Lula e combatida pelos movimentos sociais.

Em 2008 o PSOL disputaria suas primeiras eleições municipais. Mesmo sem conquistar prefeituras, o partido elegeu seus primeiros vereadores em importantes cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, Maceió, Ma-

capá, Fortaleza, Goiânia e Porto Alegre. Os deputados federais do PSOL, com o intuito de reforçar a construção do partido, concorreram às prefeituras de suas cidades. E em Macapá, o ex-deputado estadual Randolfe Rodrigues chegava ao segundo turno como candidato a vice-prefeito na chapa de Camilo Capiberibe. Na Câmara dos Deputados, o PSOL defenderia uma proposta alternativa de reforma tributária e a regulamentação dos impostos sobre as grandes fortunas.

No ano seguinte, realizaria seu II Congresso Nacional, reconduzindo à Presidência a ex-senadora Heloísa Helena, eleita vereadora em Maceió no ano anterior. Sua gestão, no entanto, seria marcada por divergências internas. Mesmo contando com amplo apoio interno, Heloísa Helena rejeitou a indicação partidária à candidatura presidencial nas eleições do ano seguinte. Em crise com o partido, renunciou à Presidência do PSOL, assumindo em seu lugar o então secretário-geral Afrânio Boppré, economista e ex-deputado estadual. Na Câmara, o partido liderou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Dívida Pública, denunciou os escândalos de corrupção desvendados pela operação Satiagraha e engajou-se na defesa do asilo político ao ativista italiano Cesare Battisti. No Senado, o PSOL liderou a luta em favor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438, que expropria as terras onde for constatada a existência do trabalho escravo e combate os desmandos de José Sarney (PMDB/AP), presidente do Senado.

Em 2010 o PSOL disputou sua segunda eleição presidencial. Com a decisão de Heloísa Helena em não concorrer ao cargo, o partido realizou uma Conferência Eleitoral, na qual o ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio, histórico militante da esquerda brasileira, sagrou-se vitorioso, após intensos embates internos. Sua campanha,

apesar de construída às pressas devido à desistência de Heloísa Helena, representou uma alternativa de esquerda nas eleições. Contra ele concorreram Dilma Rousseff (PT), ex-ministra de Minas e Energia de Lula, e José Serra (PSDB), ex-governador de São Paulo. Além deles, a entrada em cena de Marina Silva (PV), ex-ministra do Meio Ambiente de Lula e recém-egressa do PT, criou grandes dificuldades para as candidaturas à esquerda. Ao final, Plínio alcançou uma votação bem menor que aquela registrada pelo PSOL em 2006. Apesar disso, o partido manteve o tamanho de sua bancada na Câmara dos Deputados, reelegendo Ivan Valente e Chico Alencar, além de eleger o jornalista Jean Wyllys pelo Rio de Janeiro. Para o Senado Federal, saíram vitoriosos Randolfe Rodrigues, no Amapá, e a ex-vereadora Marinor Brito, no Pará.

Em 2011, a bancada do PSOL liderou a luta contra as alterações propostas pela bancada ruralista ao Código Florestal Brasileiro, tornando-se uma referência nacional em defesa do meio ambiente. Ao mesmo tempo, deu apoio decidido à chamada Lei da Ficha Limpa, que proibia que políticos condenados em segunda instância pudessem concorrer. Por seu engajamento na luta contra as milícias, Marcelo Freixo, presidente da CPI que investigava o tema na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, passou a ser constantemente ameaçado de morte. Também no Rio de Janeiro, o PSOL tomou a frente no apoio à greve de trabalhadores do Complexo Petroquímico de Itaboraí (Comperj), com destacada atuação da deputada Janira Rocha. No mesmo ano, o partido realizaria seu III Congresso Nacional em São Paulo, elegendo o deputado federal Ivan Valente como presidente e renovando sua direção nacional. No plano internacional, o PSOL acompanhava atento à chamada “Primavera Árabe” e seus desdobramentos, realizando um seminário internacional em

dezembro de 2011.

No ano seguinte voltou às urnas, elegendo seus dois primeiros prefeitos: Clécio Luís, em Macapá (AP), e Gelsimar Gonzaga, em Itaocara (RJ). Além disso, teve excelentes desempenhos em Belém, com Edmilson Rodrigues, e no Rio de Janeiro, com Marcelo Freixo. Na mesma eleição, o PSOL ampliou exponencialmente sua bancada de vereadores em inúmeros estados, elegendo novas lideranças em todo o País. Na Câmara dos Deputados, o partido liderava a luta contra a homofobia e em defesa da comunidade LGBT, enfrentando a ofensiva dos deputados ligados ao fundamentalismo religioso. Enquanto isso, travava o combate pela renúncia do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, liderando uma campanha nacional contra suas arbitrariedades. No mesmo STF, o PSOL protocolaria Ação de Inconstitucionalidade, pedindo a anulação da reforma da Previdência de 2003, aprovada graças à compra de votos, segundo reconheceu aquela corte.

Em 2013, o PSOL realizaria seu IV Congresso Nacional, elegendo o professor Luiz Araújo como presidente do partido. Numa disputa muito polarizada – muitas vezes alcançando as páginas dos jornais –, foi aprovada a pré-candidatura do senador Randolfe Rodrigues à Presidência da República. Na Câmara dos Deputados, o PSOL combateu a privatização do pré-sal, a Lei Geral da Copa, que previa um sistema diferenciado de contratações para facilitar a construção dos estádios da Copa do Mundo de futebol em 2014, e tomou a dianteira na campanha contra a eleição do deputado homofóbico Pastor Marco Feliciano à Presidência da Comissão de Direitos Humanos daquela Casa. Além disso, assegurou a aprovação do voto aberto para casos de cassação de mandato parlamentar na Câmara e engajou-se na defesa de uma profunda reforma

no sistema político e eleitoral que, dentre outras medidas, extinguisse definitivamente o financiamento privado de campanhas.

O ano de 2014, além de lembrar os 50 anos do golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart, foi marcado por mais uma disputa presidencial. Dilma Rousseff concorreria à reeleição, tendo como adversários o ex-governador de Minas Gerais Aécio Neves (PSDB), o ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos (PSB), o ex-deputado federal Eduardo Jorge (PV), o Pastor Everaldo (PSC), dentre outras candidaturas de menor expressão. No PSOL, a renúncia do senador Randolfe Rodrigues à pré-candidatura trouxe dificuldades e exigiu uma rápida transição. Com o apoio da maioria da direção partidária, a solução seria a indicação da candidata a vice-presidente, Luciana Genro, para representar o PSOL, alcançando o quarto lugar e conquistando mais de 1,6 milhão de votos. Naquele pleito, foi eleita uma nova bancada federal ampliada e inúmeros deputados. Para a Câmara, foram reeleitos Jean Wyllys, Chico Alencar e Ivan Valente. Além deles, os deputados Edmilson Rodrigues (Pará) e Cabo Daciolo (Rio de Janeiro). O último, por divergências com as posições do partido, seria desligado do PSOL alguns meses depois.

### **O partido hoje**

O PSOL chega aos seus dez anos mostrando um considerável crescimento. Representando bandeiras abandonadas por outros partidos considerados de esquerda, tem se afirmado como alternativa à polarização entre o governo liderado pela coalizão PT/PMDB e a oposição conservadora que marca os últimos anos. Mesmo sendo parte da oposição aos governos petistas, o PSOL tem sa-

bido se diferenciar das posições que, na Câmara dos Deputados ou na sociedade brasileira, representem qualquer retrocesso em relação aos tímidos avanços assegurados na última década.

Sua bancada tem uma atuação destacada em defesa dos direitos sociais. O apoio à proposta de 10% do PIB para educação pública nas discussões do Plano Nacional de Educação (PNE), a defesa intransigente em favor das reivindicações do funcionalismo público por condições dignas de trabalho, bem como a luta contra a privatização dos serviços públicos já são uma marca do PSOL. Ao mesmo tempo, o partido tem lutado contra a agenda conservadora que ganha força na Câmara dos Deputados em meio à crise política do governo Dilma: retirada dos direitos dos indígenas (através da PEC 215, que transfere ao Legislativo a prerrogativa de demarcação de reservas a esses povos), retirada de direitos trabalhistas e previdenciários – o famigerado “ajuste fiscal” – e ampliação indiscriminada da terceirização, redução da maioria penal, revogação do Estatuto do Desarmamento, aprovação de uma reforma política que torna constitucional o financiamento de campanha, dentre outras medidas.

Como vemos, a luta contra a reforma da Previdência, em 2003, foi apenas o prenúncio de uma trajetória de compromisso com os direitos dos trabalhadores e civis, os avanços sociais, um modelo alternativo de desenvolvimento e uma nova forma de fazer política, livre do jogo de interesses espúrios que marca o sistema partidário brasileiro. Com todas as incertezas do momento político em que essas linhas são escritas, o PSOL parece mostrar a vitalidade necessária para enfrentar as turbulências por que passa o País, contribuindo para a construção de um Brasil livre, justo e igualitário: um Brasil socialista.







# A DECADÊNCIA DO PT E O SURGIMENTO DO PSOL

*No dia 14 de dezembro de 2003, uma notícia política cobrou notoriedade. Em reunião do Diretório Nacional do PT desse fim de semana, no luxuoso Hotel Blue Tree Park de Brasília, a senadora Heloísa Helena (AL) e os deputados João Batista Babá (PA), Luciana Genro (RS) e João Fontes (SE) foram expulsos por indisciplina e infidelidade partidária. Um dos discursos mais virulentos contra os radicais, como eram conhecidos os parlamentares expulsos, foi pronunciado, na época, pelo líder do governo petista no Senado, Aloizio Mercadante (PT/SP), que expressou: “Eles optaram por uma construção diferente, espero que estejam errados e que se arrependam no futuro.”*

## **Babá<sup>1</sup>**

Após 12 anos de nossa expulsão do Partido dos Trabalhadores (PT) por termos votado contra a reforma da Previdência e por defendermos princípios históricos, como fizera o PT quando era oposição aos governos de Sarney, Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso, a

---

1 Um dos fundadores do PSOL e vereador pelo Rio de Janeiro, João Batista Oliveira de Araújo, o Babá, é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

população assiste estarecida e indignada aos escândalos de corrupção que envolvem os governos de Lula e Dilma, como são os casos do Mensalão e da Operação Lava Jato. Esses escândalos têm levado à cadeia quadros históricos do PT, como José Dirceu, José Genoíno, Delúbio Soares, João Paulo Cunha, além de membros de partidos que compõem a base de apoio dos governos petistas e comandantes das empreiteiras que financiaram as campanhas eleitorais de Lula, de Dilma e de parlamentares do PT, do PP e do PMDB.

Para entender porque o PT chegou a esse nível de degradação, é importante analisarmos o processo de criação e de burocratização desse partido e do movimento sindical desde a década de 1980, que se aprofundou nos anos 1990 e teve seu ápice a partir da eleição de Lula para a Presidência em 2002 e do início de seu governo em 2003.

Na década de 1980, no impulso das greves metalúrgicas de 1978, 1979 e 1980 no ABC, quando ainda vivíamos no Brasil sob o regime militar, foi fundado o Partido dos Trabalhadores, no dia 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo. O PT englobava militantes com origem no stalinismo e no trotskismo que se somaram a setores vinculados à Teoria da Libertação, à intelectualidade, incluindo professores universitários, estudantes, artistas, e a outras organizações, tanto democráticas como revolucionárias. Essas haviam se enfrentado com a ditadura civil-militar e se uniram ao novo movimento sindical urbano e rural que começou a se organizar a partir das greves metalúrgicas do ABC, tendo à frente a carismática figura de Lula, que se transformou na principal liderança das lutas existentes no País. A primeira vitória do PT se deu com o seu reconhecimento oficial como partido político brasileiro, em 11 de fevereiro de 1982, pelo Tribunal Superior Elei-

toral. Particpei da fundação do PT no estado do Pará como membro da Convergência Socialista.

Fui expulso pela primeira vez juntamente com todos os militantes dessa corrente quando exercia meu primeiro mandato como deputado estadual pelo Pará. Porém, eu e um grupo de companheiros que não concordávamos com essa expulsão pedimos reingresso no PT e conformamos a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST).

As lutas que passaram a acontecer no campo e na cidade impulsionaram a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no dia 28 de agosto de 1983 na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, no 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat). Participaram mais de 5 mil trabalhadores e trabalhadoras de todas as regiões do País, que lotaram o galpão da extinta companhia cinematográfica Vera Cruz. Esse evento se transformou em um capítulo importante na história do movimento sindical brasileiro.

### **Danos irreparáveis**

As vitórias eleitorais em cidades importantes e capitais, como São Paulo em 1988, e de 35 deputados federais em 1990, somadas à busca pelo voto na disputa à Presidência um ano antes, marcam um ponto de inflexão na trajetória do PT e de seu discurso radical. Além do fortalecimento da burocracia, que passou a se preocupar essencialmente com a administração de governos locais, fazendo alianças nas Câmaras Municipais com partidos da direita, sob o discurso de manter a governabilidade, o PT promoveu a cooptação de militantes dos movimentos sindical e popular. Ao mesmo tempo, procurou acumular forças para conquistar o governo federal, o que exigia

maior flexibilidade na política, resultando na famosa e tão propagada ampliação do “arco de alianças”.

Essa política fez com que a direção nacional intervisse nos estados para impor sua política. O caso mais emblemático aconteceu no Rio de Janeiro em 1998, quando essa ação – respaldada por Lula, então presidente – levou o Diretório Estadual a abandonar o nome previamente aprovado de Vladimir Palmeira para disputar o governo fluminense e apoiar a candidatura de Garotinho (PDT), tendo como vice a atual deputada federal Benedita da Silva (PT/RJ).

### **Lula se elege presidente do sistema financeiro**

Após sucessivas derrotas para presidente, em 1989 contra Collor de Mello e em 1994 e 1998 contra Fernando Henrique Cardoso, finalmente Lula foi vitorioso em 2002. A transformação que o PT sofreu desde sua fundação em 1980 até então – quando ampliou suas bancadas de vereadores, deputados estaduais e federais e senadores, bem como o número de prefeitos e governadores – pode ser entendida como causa da burocratização e degeneração que sofreram seus dirigentes e parte da militância, com objetivos claros de disputa eleitoral, ao que foram se adaptando. Um dos efeitos foi a ampliação do já citado “arco de alianças” com os partidos burgueses nas eleições municipais e estaduais para garantir a vitória de Lula para presidente.

No pleito de 2002, a direção majoritária intensificou ainda mais essa política, escolhendo para vice o empresário mineiro José de Alencar (PL). Esse foi um grande confronto que a ala esquerda do PT teve com a direção majoritária, da qual faziam parte Lula, José

Dirceu, José Genoíno e Delúbio Soares. Não obstante, fomos derrotados.

Outro fato grave foi o lançamento por Lula, no dia 22 de junho do mesmo ano, em São Paulo, da “Carta ao Povo Brasileiro”. Na verdade, um compromisso que ele assumia perante os banqueiros nacionais e internacionais, dando garantias de que se eleito, não faria mudanças nas regras do jogo. Portanto, a “Carta ao Povo Brasileiro” era um truque para chegar ao poder, tendo os setores financeiro e do mercado como aliados. Foi realmente o que aconteceu após a sua vitória em 2002 e em 2006, bem como nas de Dilma Rousseff em 2010 e 2014.

### **Confronto com os radicais**

Seguindo o compromisso assumido com os banqueiros, Lula colocou no Banco Central Henrique Meirelles, que foi presidente do BankBoston por longos anos até se aposentar em 2002 para poder controlar as finanças de nosso país a serviço do sistema financeiro. A companheira Heloísa Helena votou contra a sua indicação e já entrou em confronto com Lula. O confronto seguinte foi quando ela se recusou a votar em Sarney para a Presidência do Senado.

Nova traição de Lula se deu no dia 30 de abril de 2003, quando ele, acompanhado dos 27 governadores, subiu a rampa do Congresso Nacional para levar o projeto de reforma da Previdência, que atacava profundamente os direitos conquistados pela classe trabalhadora e que, tanto Lula como todos os membros do PT e nossa militância, sempre fomos contra.

A nossa reação foi imediata, Eu, Heloísa Helena, Luciana Genro e João Fontes, desde o início, acompanhan-

do a posição de importantes sindicatos e de uma parcela significativa de militantes ligados ao funcionalismo público, avisamos que votaríamos contra o projeto de reforma da Previdência, que tinha viés privatizante e retirava direitos conquistados nas lutas contra os governos de Collor, Itamar e Fernando Henrique, com um caráter político distinto do defendido historicamente pelo PT.

Na véspera de entregar à Câmara o projeto de reforma da Previdência, o presidente Lula realizou uma reunião-almoço com os 92 deputados petistas na casa do presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT/SP)<sup>2</sup>. Trataram-nos de forma grosseira e deixaram implícita a ameaça de expulsão dos parlamentares que votassem contra tal projeto. Eu reagi indignado, afirmando: “Se tem alguém que deveria estar na Comissão de Ética é José Genoíno, José Dirceu, Mercadante, o próprio presidente Lula, porque mudaram o discurso que sempre fizeram aos trabalhadores.”

### **Comissão de Ética**

Em ação comandada diretamente pelo Palácio do Planalto, o PT aprovou no dia 12 de maio de 2003, na Comissão Executiva Nacional do PT – por 13 votos a sete –, a instauração de processo disciplinar contra os “Radicais do PT” (senadora Heloísa Helena, deputada Luciana Genro e deputado Babá)<sup>3</sup>.

---

2 João Paulo Cunha foi condenado no escândalo do Mensalão em agosto de 2012 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a cumprir pena de reclusão em regime fechado de nove anos e quatro meses. A pena foi cumprida no Complexo Penitenciário da Papuda, no Distrito Federal.

3 “PT abre processo para punir três radicais”. Folha de S. Paulo, 13/5/2003.

De acordo com reportagem do jornal Folha de S. Paulo do dia 13 de maio de 2003, a “representação que pede a abertura de processo disciplinar contra os três parlamentares foi apresentada à Comissão Executiva Nacional do PT pelo secretário de Organização, Silvio Pereira, braço operacional do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu<sup>4</sup>, em reunião de cerca de seis horas”.

Inicialmente, a intenção era expulsar do PT os radicais antes mesmo da votação da reforma. Para evitar desgaste de sua imagem, porém, o partido aguardou a consumação da votação para expulsá-los.

Em julho do mesmo ano, a *Socialist Review* publicou manifesto intitulado “Petition on Behalf of PT Senator Heloisa Helena and PT Deputies João Batista Araújo Babá and Luciana Genro”. Encabeçado pelo linguista Noam Chomsky e pelo cineasta Ken Loach, o texto reivindicava que o PT reconsiderasse sua posição e não expulsasse os radicais. A versão final do manifesto, divulgada no início de dezembro, contava com mais de mil assinaturas. Além disso, diversos intelectuais, sindicatos e organizações brasileiras protestaram contra a tentativa de expulsão.

Por incrível que pareça, um dos motivos por que foi pedida a nossa ida para a Comissão de Ética foi o seguinte: em documento de 11 páginas, Silvio Pereira afirmou que a representação contra os parlamentares se

---

4 José Dirceu foi condenado pelo STF no processo do Mensalão do PT por corrupção ativa, com pena de sete anos e 11 meses no Complexo Penitenciário da Papuda, no Distrito Federal. Foi apontado como o mentor do esquema de compra de apoio político operado no Congresso Nacional desde o início do governo Lula em 2003, quando era o todo poderoso ministro-chefe da Casa Civil. José Dirceu chegou a ser solto, mas foi preso novamente pela Polícia Federal no dia 3/8/2015, por ordem do juiz Sérgio Moro, no processo que investiga a operação denominada Lava Jato.

justificava “não apenas” por suas declarações públicas, mas por atos que estariam “expondo o partido e seus dirigentes de forma bastante negativa na mídia”, “atrapalhando a governabilidade”.

Outra acusação do secretário do PT apontava como comportamento inadequado a nossa participação em atos organizados. “Nas últimas semanas, têm participado de atividades, com discursos e declarações hostis ao partido e ao governo.” Ele escreveu esses absurdos em um momento em que já havia ganhado de presente da empresa GDK, que mantinha contrato com a Petrobras, um automóvel Land Rover 0km, ou seja, foi um dos precursores da Operação Lava Jato. Por essa razão, ficou conhecido nacionalmente como “Silvinho Land Rover Pereira”. Também naquele momento já estava envolvido no escândalo do Mensalão.

Por sua vez, o presidente do PT, José Genoíno, também envolvido no escândalo do Mensalão, acusou a companheira Heloísa Helena de não ter votado na aprovação do nome de Henrique Meirelles para a Presidência do Banco Central nem na eleição de José Sarney para a Presidência do Senado. “Os companheiros foram longe demais. Críticas e divergências são normais, mas os três fizeram atos de oposição sistemática. São a principal oposição ao governo Lula”, justificou<sup>5</sup>.

Orgulho-me da atuação, junto com Heloísa, Luciana e João Fontes, em apoio à luta dos servidores públicos federais. Enquanto isso, Silvio Pereira, José Genoíno, José

---

5 José Genoíno foi condenado pelo STF por corrupção ativa e formação de quadrilha no escândalo do Mensalão em outubro de 2012. Por esses crimes, recebeu a pena de seis anos e 11 meses de reclusão no Complexo Penitenciário da Papuda, a ser cumprida em regime semiaberto, além de multa no valor de R\$ 66.513,92.

Dirceu e Delúbio Soares<sup>6</sup>[6], ao invés de estarem nesses atos, deviam estar reunidos com Marcos Valério e negociando com Roberto Jefferson, Valdemar da Costa Neto e outros mensaleiros, comprando parlamentares para votarem a favor da reforma da Previdência.

Como podem perceber, os principais responsáveis pela abertura da Comissão de Ética não tinham condições morais e éticas para conduzir qualquer processo contra os ditos radicais, mesmo porque estávamos seguindo o programa que o PT aplicava quando era oposição.

O companheiro João Fontes, deputado federal por Sergipe, foi o primeiro a ser expulso pela direção nacional do PT, por 55 votos a favor, 26 contra e uma abstenção. Esse processo correu em separado, nem sequer seguiu para a Comissão de Ética. O relatório do secretário Silvío Pereira já havia solicitado à Comissão Executiva Nacional a sua expulsão em virtude de o companheiro ter entregue à imprensa uma fita na qual Lula atacava o projeto de reforma da Previdência encaminhado em 1987 pelo então presidente do Congresso Nacional, José Sarney (PMDB/AP), àquela Casa e o acusava de ladrão. A divulgação causou enorme constrangimento ao presidente petista, que já tinha Sarney como aliado.

Quanto a mim, aproveitando a oportunidade, ao chegar para depor na Comissão de Ética, deixei claro que não tinha do que me defender, porque não era culpado.

---

6 Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT, coordenava o núcleo financeiro do esquema do Mensalão e era o responsável pelo repasse de dinheiro aos deputados comprados pelo PT. Tinha a tarefa de fazer contatos com Marcos Valério para obtenção dos recursos que financiaram a cooptação de partidos para a composição da base aliada. Em outubro de 2012, foi condenado pelo STF a uma pena de oito anos e 11 meses, além de multa de R\$ 325 mil, pelos crimes de corrupção ativa e formação de quadrilha. Logo teve a pena reduzida para seis anos e oito meses e livrou-se do regime fechado.

Afirmei ainda que os petistas lutaram para derrotar a reforma durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, mas mudaram de opinião. Eles, continuei, “querem nos forçar a assumir a opinião deles, que não é a opinião do PT e da bancada. É uma opinião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, dos governadores e do governo. Vamos manter o voto contrário a essa reforma, e não me sinto indisciplinado. Sou disciplinado de acordo com o que foi votado e discutido amplamente pelo PT nos últimos anos”.

O embate com os radicais tomou vulto nacional e internacional. Várias personalidades se solidarizaram contra a expulsão. Na reunião do Diretório Nacional, no luxuoso Hotel Blue Tree, em Brasília, nos dias 13 e 14 de dezembro, entre as testemunhas de defesa, estavam “Chico Oliveira, Paulo Arantes, Dalmo Dalari, Emir Sader, Reinaldo Gonçalves, Eduardo Suplicy, Plínio de Arruda Sampaio, entre outros”. Apesar de toda a repercussão, o PT expulsou a mim, a Heloísa Helena e a Luciana Genro por 55 votos a favor e 27 contra.

Desde a chegada de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência, o Partido dos Trabalhadores passou a viver um período de muitas tensões internas. Parte significativa de seus militantes estava descontente com os rumos do governo, que sinalizava, a cada dia, o abandono do socialismo como horizonte estratégico e a defesa de projetos contrários aos interesses da classe trabalhadora.

Assim se iniciou o primeiro processo de desligamento do PT. Em memorável carta publicada no mesmo dia da expulsão dos radicais, o sociólogo Chico de Oliveira, fundador do partido, explicou sua decisão: “Afasto-me porque não votei nas últimas eleições presidencial e proporcional no Partido dos Trabalhadores [...] para vê-lo governando com um programa que não foi apresentado

aos eleitores. [Ninguém pediu] meu voto para conduzir uma política econômica desastrosa, uma reforma da Previdência antitrabalhador e pró-sistema financeiro, uma reforma tributária mofina e oligarquizada, uma campanha de descrédito e desmoralização do funcionalismo público, uma inversão de valores republicanos em benefício do ideal liberal do êxito a qualquer preço [...], uma política de alianças descaracterizadora, uma “caça as bruxas” anacrônica e ressuscitadora das piores práticas stalinistas, [...] enfim, para não me alongar mais, um governo que é o terceiro mandato de FHC [...].”

### **A fundação do PSOL**

Antes mesmo da expulsão dos radicais e com a percepção de que isso ocorreria, iniciamos um debate nacional cuja conclusão foi pela fundação de um novo partido. O debate se deu em quase todas as capitais. Foi inaugurado pelos radicais enquanto viajávamos por vários estados, participando de atos, debates e passeatas organizadas pelos servidores públicos, que realizaram inclusive greve nacional contra o projeto de reforma da Previdência.

São signatários do documento da Esquerda Socialista e Democrática (antecessora do PSOL) a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST), o Movimento Esquerda Socialista (MES), representantes do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), do Coletivo Socialismo e Liberdade (C-SOL) e de organizações como Socialismo Revolucionário (SR).

A primeira reunião para fundação de um novo partido aconteceu no dia 19 de janeiro de 2004, no Rio de Janeiro, contando com a presença de representantes de correntes políticas, personalidades, vários ativistas dos

movimentos sindical, estudantil e popular, intelectuais e os parlamentares [...] expulsos do PT por terem se mantidos fiéis às bandeiras históricas da classe trabalhadora. Entre as importantes figuras que se desligaram do Partido dos Trabalhadores logo após sua ascensão ao Palácio do Planalto, Milton Temer, ex-deputado federal pelo Rio de Janeiro.

Foi escolhida uma comissão que, alguns dias depois, propôs um cronograma para a realização de plenárias estaduais à estruturação do partido. O primeiro Encontro Nacional do novo partido ocorreu nos dias 5 e 6 de junho de 2004, em Brasília. Participaram mais de 750 pessoas, representantes de 22 estados. Por votação em plenário, decidiu-se pelo nome Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). O encontro decidiu ainda a Executiva Nacional, o Diretório Nacional, o programa e o estatuto, todos provisórios.

Segundo o site oficial do partido, o encontro contou com a participação do “melhor da intelectualidade brasileira de esquerda”, destacando as presenças de Francisco de Oliveira, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Ricardo Antunes, Leda Paulani e Paulo Arantes, entre outros. Ainda segundo o texto, o encontro deliberou que a tarefa central dos militantes naquele momento seria “encaminhar as lutas sociais nos estados, como a resistência popular por suas reivindicações, contra a reforma sindical e trabalhista, contra a reforma universitária, em defesa da reforma agrária, dos sem-teto, em apoio às lutas de todas as categorias”.

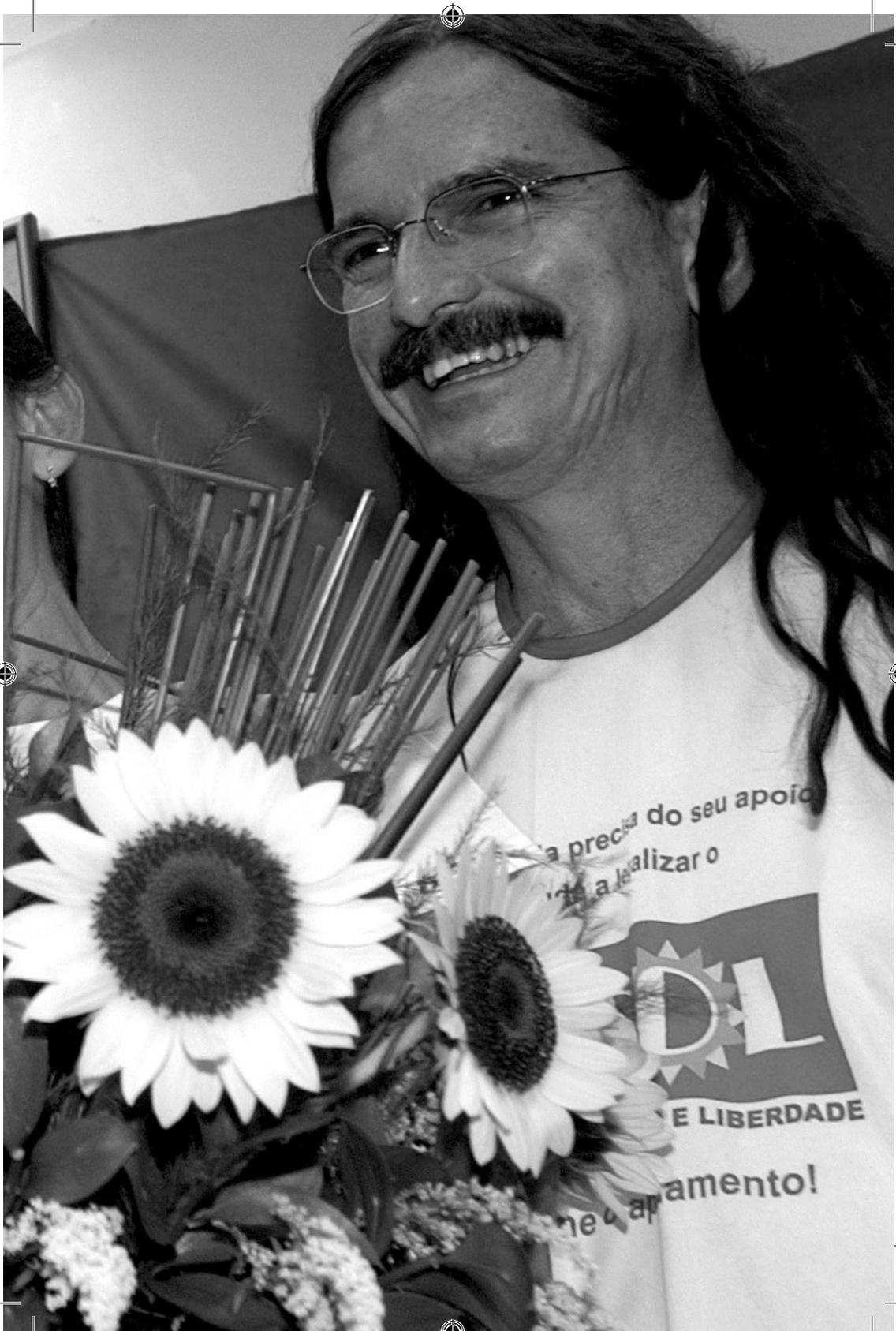
Paralelamente, a militância deveria “começar a estruturar nos estados os organismos partidários e iniciar a coleta de 438 mil assinaturas” para garantir o registro definitivo do nosso partido na Justiça Eleitoral. Uma nova lei exigia meio milhão de subscrições para tanto. Houve

quase 700 mil a favor de sua fundação, mas os cartórios eleitorais só concederam certidões a 450 mil dessas. Nova tentativa de apresentar assinaturas válidas foi realizada pelos organizadores do partido em 1º de setembro de 2005. No dia 15 do mesmo mês, o registro definitivo foi obtido.

Após a legalização, uma “segunda onda” de descontentes com o PT ingressou no PSOL, ainda em 2005. Entre eles, os então deputados federais Ivan Valente, Chico Alencar, Maninha, João Alfredo, os estaduais Afrânio Boppé, Randolfe Rodrigues, Carlos Giannazi e Brice Bragato, além de personalidades, militantes e intelectuais como Plínio de Arruda Sampaio, Marcelo Freixo, entre outros.

Hoje, 12 anos após sua fundação, o PSOL se destaca no cenário nacional por ser um partido coerente, ético, combativo e de esquerda. Um partido cujos militantes são parte das lutas cotidianas dos trabalhadores, da juventude, das comunidades, dos oprimidos e do povo pobre em geral. Depois de 12 anos de nossa expulsão, podemos responder ao ex-senador Aloizio Mercadante: a história demonstrou que não estávamos errados. Tampouco estamos arrependidos. Ao contrário, estamos orgulhosos de haver fundado o PSOL para desenvolver uma “construção diferente” do PT.







# O PORVIR DO PSOL

*“A história é um profeta com o olhar voltado para trás:  
pelo que foi e contra o que foi anuncia o que será.”*

Eduardo Galeano

**Chico Alencar<sup>1</sup>**

Vale para a nossa trajetória pessoal: percebemo-nos, adultos, condicionados por nosso berço familiar, nossa origem de classe, as influências sofridas na infância e na juventude. E, estando no grupo privilegiado dos que conseguiram superar os limites *biológicos* e constituir, minimamente, uma *biografia* de vida, somos o que fazemos com o que fizeram de nós. Afinal, o ser humano é matéria autoconsciente – ainda que o sistema do autoritarismo consumista tente abafar essa nossa bela e contraditória possibilidade.

Vale para o partido político: ele é hoje, em boa parte, a resultante de sua origem, sua composição de classe, das influências ideológicas e programáticas que emolduraram sua trajetória. Sendo um ente coletivo que sabe de si – incluindo suas limitações –, é corpo dinâmico, não fisiológico, em permanente transformação. “Viver é muito perigoso”, alertava Riobaldo, jagunço-filósofo do “Grande Sertão” de Guimarães Rosa.

Vale para cada um, vale para o nosso partido. Como

---

1 Chico Alencar é professor de História e deputado federal pelo PSOL/RJ.

toda instituição, ele sempre corre o risco de ficar prisioneiro da institucionalidade da qual também faz parte: *fi-siologizar-se*, adaptar-se, integrar-se à reprodução de um sistema sequestrado pelo poder econômico e sustentado por um discurso cínico. Um sistema que gira em torno de si mesmo. A *biografia* do PSOL precisa ser de libertação, para não nos tornamos desnecessários.

### Começo

“O PSOL só é assim, cheio de idealismo, porque ainda não tem poder: o dia que chegar lá, vai se acomodar e entrar no esquema, como todos.” Quem ainda não ouviu essa afirmação, saindo da boca do desencanto com a política e com os partidos desses duros tempos? Não é um disparate: a história dos partidos de esquerda do século passado é, em muitos períodos e situações, a história da negação de seus princípios, da minimização de seus valores, da perda de referência programática e ideológica, do abandono do projeto socialista ou mesmo democrático radical.

Sim, o PSOL nasceu de uma “costela” do PT. O transformismo daquele partido, que, após décadas de disputa, chegou ao poder nacional, com Lula lá a partir de 2003, expressou-se na concretização da “Carta ao Povo Brasileiro” (para acalmar os mercados, em especial o financeiro, na verdade), através da nomeação de Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central. Meirelles não só vinha do BankBoston, mas de uma vitoriosa eleição para deputado federal pelo PSDB de Goiás, no mais tradicional estilo da “sedução” do eleitor com campanha milionária, de distribuição de favores.

Não havia mais dúvidas: a ortodoxia neoliberal prosseguiria, na contramão da cultura militante que o próprio petismo forjara, na resistência aos oito anos de FHC. A adoção de um “distributivismo sem reformas” (também chamado, por outros estudiosos, de “capitalismo popular” ou “reformismo fraco”) magnificou, na era lulopetista que se iniciava, as políticas assistencialistas e de cooptação dos movimentos, enfraquecendo a auto-organização dos trabalhadores.

No plano político, o PT aliava-se aos que mais combatiera até então: ao clientelismo, ao patrimonialismo, às práticas fisiológicas. O conceito de “governabilidade”, antes questionado, afastava a política de projetos estratégicos para enfrentar as grandes questões nacionais, reduzindo-se ao miúdo do “toma lá dá cá” e da disputa por nacos do Orçamento Público entre os que eram atraídos para a “base aliada”.

Esse modelo rebaixado, que inclui a já cansativa “polarização” de assemelhados, PT x PSDB, com o PMDB como pêndulo, passados 12 anos, dá sinais de esgotamento. Como destaca César Benjamin, “ele eliminou a capacidade do Estado de conduzir empreendimentos complexos e de longa maturação. (...) A governabilidade obtida no curto prazo é a contraface de uma tendência à ingovernabilidade no longo prazo, pelo acúmulo de desafios relevantes não enfrentados”. (“É pau, é pedra, é o fim de um caminho”, artigo publicado na revista *Piauí*, abril de 2015).

O profundo impasse atual não estava delineado. Mas, ao desconforto de alguns “pioneiros”, que primordialmente perderam as esperanças de um retorno do PT aos seus valores seminais, sendo então expulsos, veio juntar-se o desencanto de muitos outros, quando o esquema do Mensalão, com pagamento do publici-

tário Duda Mendonça em paraíso fiscal, foi revelado por ele próprio.

### **Debilidades iniciais**

Nenhuma legenda já existente atrairia esses militantes frustrados, feridos, que repetiam o “não em nosso nome!” dos que veem seu sonho naufragar. O caminho foi construir, a duríssimas penas, uma legenda nova, “abrigo para os socialistas”, cujo nome é autoexplicativo: Partido Socialismo e Liberdade – esse encontro ainda não duradouramente praticado na trajetória da humanidade.

Não foi opção fácil. Assembleias, debates acalorados, votações, divergências vivas. E, por fim, a difícil tomada de decisão, após a derrota de Plínio de Arruda Sampaio no processo de eleições diretas (PED) para a Presidência do PT: não dá mais. Aquele partido perdera o *ethos* da transformação social. Era hora de “começar de novo” e contar com nossas próprias forças. “Mudar de enxada para continuar o plantio”, metaforizou a sabedoria de um acampado do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Ainda temos fragilidades oriundas de “defeitos congênitos”: pouca inserção nos movimentos sociais e populares e pequena capacidade, até aqui, de reencantar as massas para a política. Mantemos certo apego a uma concepção mais tradicional de esquerda, ainda que, inegavelmente, a pauta da ampliação de direitos, das lutas emancipatórias, em especial dos setores secularmente discriminados, já seja marca característica do PSOL. Precisamos, porém, assumir com mais firmeza as questões candentes da ecologia, da democracia participativa e direta, da diversidade de orientação afetiva. Podemos, na Espanha, e Syriza,

na Grécia, com seus aliados nacionais e congêneres em outros países, são experiências políticas novidadeiras que precisamos conhecer melhor. A experiência das recentes revoluções democráticas de empoderamento popular na Bolívia, no Equador e na Venezuela, ainda que com vários problemas, não pode ser desconsiderada.

Frequentemente ficamos prisioneiros da disputa acirrada pelo controle de “máquina” partidária (precaríssima, incipiente) por correntes internas. Essa luta interna, volta e meia, revela o quanto somos falhos na solidariedade imprescindível aos que se dizem companheiros. Nosso partido também não escapa, aqui e ali, à tentação do “inchaço”, com pouco critério para as filiações. E, em plano oposto, há uma certa perplexidade teórica frente à crise de sentido do socialismo hoje: é rara a nossa elaboração a respeito de sua imprescindível resignificação.

Com tudo isso, nesta década, o “pré-adolescente” PSOL tem conseguido se firmar como partido de esquerda, ético e de lutas, movido a idealismo, mas sabendo fazer a mediação com a realidade: nesse tempo de cartas embaralhadas e sinais trocados, de profundo desgaste do ideário de esquerda, o PSOL se consolida ao menos como “partido necessário”, contraponto à ordem dominante, ao “centrão” hegemônico.

Qual o nosso futuro? Certamente ele depende da nossa prática presente. Mas ela precisa estar iluminada por alguns parâmetros essenciais:

### **Dimensão da utopia na ação social e política**

Mestre Leandro Konder (1936-2015), que nos honrava com sua filiação, lembrava que a utopia devia ser reavivada sempre, como uma espécie de “consciência ante-

cipadora”, sem o que a atividade política se corromperia. “Ela é uma fonte que alimenta inquietações generosas, nobres ímpetos justiceiros e uma preciosa disposição para a felicidade universal”, reiterava.

A utopia, norte (ou sul) da nossa práxis, para conferir-lhe sempre um sentido de grandeza, é irmã – e objeto estratégico – da profecia, do anúncio das possibilidades de outro mundo, possível e necessário. Profecia (no sentido “laico” da expressão) e utopia são elementos indispensáveis para qualquer partido que pretenda ser instrumento da transformação da sociedade.

A dimensão utópica de nossa ação, que nos permite sonhar alto sem tirar os pés do chão, é paradigma para cotejarmos o sentido concreto das nossas mediações, para que elas não sejam engolidas pelo pragmatismo de acomodação ao *status quo*. Partidos originariamente de esquerda perderam até a capacidade de fazer autocrítica por uma razão simples: adaptados ao sistema, não têm mais o êmulo do “sonho” que leva a uma leitura saudável e radicalmente crítica da realidade.

### **Compreensão do que é partido hoje (potencial e limitações)**

Partido que pratica no governo o contrário do que predicava na oposição altera a conjuntura política e afeta todas as organizações da esquerda, já debilitadas pela crise do socialismo. Há uma crescente crise de credibilidade: partidos políticos e mesmo as chamadas organizações “intermediárias” da sociedade civil – de tanto peso na superação da ditadura, como Ordem dos Advogados do

Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Associação Brasileira de Imprensa (ABI) – já não são reconhecidos pela maioria da população e não a mobilizam como antes.

Ainda em construção, esse pré-adolescente de uma década de idade, o PSOL, vai se firmando como, ao menos, uma agremiação diferenciada na disputa de classes da sociedade brasileira. Ainda com pouca capilaridade social, o PSOL, “desapegado” de sua “costela” fundante, quebrando o espelho, afirma lentamente sua identidade, nas lutas sindicais, nos movimentos populares, no ativismo juvenil, nas batalhas por direitos.

Sem pretensão hegemônica, o PSOL entende que não há mais lugar para o “partido único, vanguarda da revolução proletária”. Por isso, busca vincular a atuação de seus (ainda) poucos parlamentares com o querer sentido e organizado do povo. Sem rabo preso com os poderes dominantes e com os grupos econômicos que controlam o sistema político vigente, o PSOL é crescentemente identificado como um partido coerente, programático, sem dogmatismos, com a radicalidade necessária nesses tempos de diluição das fronteiras éticas e ideológicas. Como lembra nosso cientista político Léo Lince, “ainda somos um partido pequeno, mas com vocação de grandeza”.

Por outro lado, é inegável que, até aqui, o PSOL opera como uma “federação de tendências”, “um abrigo para a esquerda que caminha no deserto”. Todas as suas decisões mais importantes derivam das posições e composições desses setores, cuja articulação e aproximações táticas eventuais definem as linhas gerais do partido. O militante comum, não nucleado pelas tendências, ainda tem dificuldade de exercer seu protagonismo.

### **Permanente atualização do nosso programa (dinâmico, em movimento)**

A ideia de partido-movimento nos é cara, embora de difícil concretização. Pressupõe a compreensão das mudanças na sociedade, a começar por toda uma jovem geração que só conheceu o PT do poder e busca novas formas de expressão e organização. Implica reconstruir referências. Partido-movimento deriva da constatação de que, hoje, por um lado, o Estado não consegue perceber e acolher o clamor das ruas e redes, ainda que difuso e até confuso; por outro, as redes sociais e as ruas também não acreditam na porosidade do Estado às suas demandas. Crise de representação, de identificação, de comunicação. Da democracia formal, banal e meramente eleitoral.

Comprometidos com princípios e linhas estratégicas gerais, sempre formulamos programas para a disputa eleitoral, a partir das realidades locais, regionais ou nacional que estejam na cena do pleito. Nessa formulação, a orientação – de difícil execução, dada a apatia prevalecente – é envolver sempre segmentos crescentes da população.

Não nos dispensamos, entretanto, do importante resgate do acervo intelectual da esquerda brasileira na análise de nossa realidade, desde clássicos como Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré, passando por Florestan Fernandes. Igualmente nos sentimos desafiados a assumir nossa tarefa de ousar, de ser “vanguarda sem vanguardismo”. A Fundação Lauro Campos cumpre importante papel nessa missão. Reconheçamos, porém, que ainda não temos acúmulo consolidado quanto a questões decisivas para o Brasil, como um novo modelo de política industrial, energética e de mobilidade urbana, entre outros.

Nossa experiência nos Executivos ainda   mínima, mas a perspectiva de estimular a cria o de uma esfera

pública, independente do poder estatal, é um imperativo: é esse poder reivindicante e crítico que pode, nas administrações do PSOL, ampliar a necessária tensão entre a máquina burocrática, com sua linguagem histórica de dominação, e as políticas públicas a serem implementadas, em favor das maiorias tradicionalmente esquecidas ou olhadas de forma paternalista, com descrença e vetos ao seu protagonismo. Populações que demandam mais participação; mais “apresentação” – “nada sobre nós sem nós!” – que representação.

### **Compromisso com a ética pública**

“Pão dormido” da vida nacional, a corrupção é mais do que de governos ou dos mal chamados “políticos”. É visceral do Estado brasileiro, é sistêmica. Deriva do parasitismo de agentes empresariais e públicos. É também alavanca de acumulação de capital, e a confissão das somas surrupiadas no escândalo do “petróleo” o comprova, bem como seus elos indissolúveis com o financiamento de partidos e campanhas.

Na nossa história recente, é paradoxal que após duas décadas sob governos do “príncipe dos sociólogos”, do “líder operário” e da “ex-guerrilheira”, a nossa sociedade, com crescente concentração de massas urbanas, esteja mais conservadora, mais despolitizada, mais atomizada, mais individualista, mais descrente nas possibilidades do País e de si mesma. O edificante princípio de “justiça social” foi reduzido à dimensão do consumo individual.

Na convivência cotidiana, no ambiente social, ainda viceja um subdesenvolvimento moral, intelectual e cultural, que se reflete, nos períodos eleitorais, em campanhas suntuosas e mentirosas, geradoras de votos persona-

lizados, imediatistas e comprados/vendidos. Os partidos cresceram em número, mas se degradaram em qualidade de propostas e degeneraram doutrinariamente. A tudo isso se poderia chamar “corrupção de valores”.

Denunciar e combater a corrupção, em todas as suas variadas formas, é um dever nada “udenista”. O moralismo udenista tinha muito de hipocrisia e da visão tacanha e limitada de transferir para a esfera pública os valores individuais (questionáveis, aliás) de “figuras probas”. A ética *da* política – importante diferenciá-la da ética *na* política –, para nós, é valor republicano, que não depende apenas das virtudes pessoais dos que exercem funções políticas. É a ética *da* política que garante a abertura das instâncias republicanas, de todos os poderes, à *possibilitação* dos interesses das maiorias, com transparência e sob controle popular. Ética *da* política é socializar os meios de governar, melhor antídoto à corrupção.

### **Epílogo (isto é, recomeço)**

Ao olhar o passado não estamos diante de um campo de exatidões. O futuro, mais ainda, nos impõe uma abertura às suas imprevisibilidades: não há certezas, apenas apostas. Melhor se esperanças, sabendo que esperança se constrói. As primeiras articulações para a constituição de uma Frente de Mobilização pelas Reformas Populares são um sinal positivo, ao qual devemos nos incorporar com entusiasmo.

Caberá aos que virão depois de nós dizerem se essa bela e frágil invenção chamada PSOL realizou ou não seu projeto original, obrigatória e dialética-

mente atualizável. Sob chuvas e raios, ainda estamos na aurora de nossa existência. Nosso dever é tentar. À nossa geração cumpre, juntando cacos velhos e argila nova, edificar. E, mochila dos sonhos às costas, caminhar. *Evoé*, jovens à vista!







# A ALEGRIA DO AMANHÃ

*A Carlos Nelson Coutinho e  
Leandro Konder, in memoriam*

**Afrânio Boppré<sup>1</sup>**

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) é a boa nova da política do início do século XXI no Brasil. Nasceu afirmando a tradição da luta popular, da juventude e dos trabalhadores, bem como os valores que fundamentam o socialismo, e participando da batalha das ideias.

Surge como partido político de esquerda, ecosocialista, a partir da necessidade de responder à crise que a esquerda brasileira vivia e ainda persiste. Não resultou apenas disso, mas tem aí uma motivação decisiva. A crise a que me refiro reside no fato de setores importantes da “esquerda” terem efetuado um radical transformismo político ou ainda na incapacidade de outros setores entenderem a realidade social brasileira.

Os transformistas afastaram-se da contestação intransigente ao capitalismo (o que deve caracterizar todo partido de esquerda), cedendo lugar a uma posição de edulcorar a prática política de modo a tornarem-se palatáveis aos interesses da classe dominante. No Brasil, houve uma conversão na medida em que esses setores que ameaçavam o sistema político e econômico em perspectiva

---

1 Ex-presidente nacional do PSOL e vereador em Florianópolis, Afrânio Boppré é economista e professor.

pró-trabalhadores assumiram a função de garantidores da estabilização pró-classe dominante. Perdeu-se por completo a intenção de reverter a ofensiva neoliberal engendrada pelo capital. Esse giro foi conduzido com muito cuidado, de modo a não haver “desidratação eleitoral”, até que caíram no atoleiro da corrupção. Trocaram-se o apoio e a simpatia de setores organizados da classe trabalhadora por políticas assistencialistas para outros segmentos. Resultado: o pacto político conservador, constituído e preservado desde o *impeachment* de Collor e voltado para atender os interesses capitalistas, acabou fortalecido e amparado por quem, em passado recente, se dizia de oposição. Pior: criou-se a falsa ideia de que esse é o limite, como se tivéssemos chegado ao máximo possível. A hegemonia burguesa, agora, está consolidada.

### **Alternativa é à esquerda**

Destarte, o PSOL nasce a partir dessa circunstância e com a missão de quebrantá-la e recompor a ideia de que o socialismo não só é possível, como é necessário e urgente. A partir daí, a história nos atribuiu um enorme peso, qual seja, lutar para desfazer a grande confusão que se instalou. De um lado, lutar contra a ordem social capitalista propriamente dita e suas ideias e teorias e de outro, explicar onde está a esquerda, convencendo amplos setores da sociedade da falência e definhamento do potencial transformador petista. E ao mesmo tempo, afirmar um espaço político próprio e independente. Fazer a crítica sem nos deixarmos confundir com alinhamentos à direita nem nos autoproclamarmos puros e donos da verdade, o que certamente nos levaria a um isolamento. Nunca nos interessou a posição de meros espectadores da história, injustiçados,

vítimas de traições e da perversidade do sistema. Nossa postura sempre foi de sujeito histórico transformador. E assim deve continuar.

O PSOL é um espaço autêntico de resistência, mas também de afirmação. Sua importância está exatamente aí. Um partido que, consciente do terreno em que está pisando, se dispõe a trabalhar na contradição e explorar suas brechas. O PSOL é sabedor de que há espaços para explorar e sem desconsiderar a realidade, mas sim a partir dela, predispõe-se a construir uma atuação contra-hegemônica, esgotando as oportunidades.

Também não se rende à dócil ideia de que “batemos no teto”. De que, no Brasil, chegamos ao “ótimo social” e nossa escolha ficou reduzida ao retorno ao passado ou à reprodução do presente. Somos portadores da esperança de que um mundo novo é possível.

O que nos caracteriza é a firme convicção de que precisamos de um partido que lute e defenda os interesses de nosso povo, discuta ideias. Precisamos do PSOL para recompor o debate sobre o futuro e projetar livremente nossos sonhos!

### **Nossos passos, nossos dias**

O PSOL é um partido em formação e assim seguirá dialeticamente. Seu momento de fundação reuniu coletivos políticos de esquerda, intelectuais, sindicalistas, figuras públicas e ativistas sociais, em sua maioria, advindos do PT. Não é errôneo afirmar que sua raiz fundacional é um “racha” do PT. Equívoco é tratá-lo dez anos mais tarde como partido de ex-petistas.

Seu I Congresso, em 2007, foi importante para desfazer características originais negativas quanto ao fun-

cionamento de sua direção, baseada em representação igualitária e com poder de veto. Isso, além de engessar as deliberações, produzia um desequilíbrio do pensamento médio no interior do partido. Assim, passamos a eleger nossas direções a partir de critérios de proporcionalidade. Já em 2009, no II Congresso, havia um consenso que deveríamos sair dali afirmando a necessidade de apontarmos uma plataforma de governo para o Brasil, e o nome de Heloísa Helena – em razão da expressiva votação em 2006 e seu papel de liderança – despontava como melhor opção para a candidatura presidencial de 2010.

Curiosamente, Heloísa Helena não concordou em definir naquele momento e gradativamente foi se esquivando da candidatura. Na ocasião, fui um dos que mais insistiram com ela para que se apresentasse como presidencializável, pois entendia que a tarefa da grande política era afirmar a construção do PSOL, e sua candidatura era fundamental. O desfecho foi um desastre para Heloísa Helena, vez que ela se aventurou em uma candidatura derrotada ao Senado, em Alagoas.

No entanto, a solução de improviso adotada pelo partido foi muito salutar. Além de representar um novo estágio de vida para o PSOL, ou seja, o fim do Partido da Heloísa Helena (PHH), Plínio de Arruda Sampaio muito bem representou a necessidade de refundar a esquerda brasileira sobre novas bases políticas e partidárias.

Em março de 2010, Heloísa Helena ausentou-se da direção nacional do PSOL (importante frisar que mesmo seu campo político sendo minoria em nosso II Congresso, a ela conferimos a função maior de presidir o partido). Ocorre que seu comportamento e entendimento das tarefas do PSOL fez com que colidisse frontalmente com o partido. Entre os equívocos, cito o compromisso que Heloísa Helena assumiu pessoalmente de apoio à candidatu-

ra de Marina Silva (PV). Naquele momento congressual, fui conduzido a secretário-geral nacional do PSOL representando a Tese 6 (*Novos tempos para o PSOL*). Depois, com o abandono da Presidência do partido por Heloísa Helena, fui conduzido por unanimidade dos membros do Diretório Nacional a presidente, acumulando na prática as duas funções. Participei também da honrosa missão de compor a coordenação nacional da campanha de Plínio.

### **Angústia do futuro**

Carregamos a palavra socialismo no próprio nome do partido. Ao mesmo tempo em que nos identifica, desafia-nos, pois o socialismo é a projeção de um estágio societário futuro que fazemos como antevisão, enxergando-o sem que ainda exista. É uma possibilidade histórica e se dará por decorrência da superação da ordem social capitalista. O socialismo não pode ser entendido como algo externo a ser inoculado no útero da sociedade capitalista. Vem por dentro dela, como resultado do conjunto das contradições que a estruturam e a desenvolvem. O socialismo não está escrito como uma obrigatoriedade pós-capitalista. Para nascer, dependerá de um sujeito sociopolítico-histórico disposto a colocar fim ao impasse que a humanidade vive e de alteração da correlação social de forças. O PSOL é apenas um elemento que se associa a essa generosa tarefa, o que lhe torna grandioso.

Por decorrência, em nosso espaço historicamente determinado, há uma limitação que nos angustia e nos entorpece, e é daí que deriva nossa utopia. Como as condições necessárias não existem, e o fato não está consumado, diante da incerteza, parece que deveríamos nos deixar levar pela espontaneidade do processo. Ora, isso seria ne-

gar a condição de sujeito e assumir a condição de mero espectador. Deixar de gozar a expectativa e a condição de construtor em favor da alegria do amanhã.

Para que substantivamente, e não mera adjetivação e propaganda, a palavra socialismo dignifique nosso partido, é necessário que ele nutra o compromisso e apreço pela teorização das práticas e a “práticação” das teorias. Sem ser um partido de marxistas, deve ter no marxismo seu referencial teórico, sem dogmas e sem preconceito.

Toda essa dificuldade para edificar a nova formação social não é, a meu ver, decorrente apenas da inexistência de condições, sejam elas objetivas ou não. Mas também resulta da complexidade de direcionar com êxito a movimentação política a seu favor.

### **Que PSOL queremos?**

Não quero terminar esta colaboração sem deixar de registrar que, mesmo após importantes dez anos de convivência, temos entre nós visões sobre o papel do PSOL muito díspares. Localizo-me entre aqueles que dedicam energia para construir um partido útil à luta emancipatória do povo. Um PSOL de massas, ecossocialista e democrático, que incorpore à vida partidária todos os dispostos a lutar contra o capitalismo, sejam antigos militantes ou não. Que valorizem a combinação da luta por dentro da institucionalidade, apoiada reciprocamente na força e na energia dos movimentos sociais.

A concepção partidária está relacionada com a formação econômico-social brasileira; não há como conceber um partido sem considerar onde ele está inserido. Assim, julgo ser um equívoco a importação de modelos externos, mesmo que exitosos em outras realidades.

## A questão programática

Outro tema discordante de forma geral no interior da esquerda e em particular no PSOL é o debate programático. Foi por falta de unidade nesse tema que na campanha presidencial de 2010 nossa chapa representada por Heloísa Helena e Cesar Benjamin debutou eleitoralmente sem uma posição aprovada em nossas instâncias partidárias. Em minha maneira de entender, o programa do PSOL não pode ser propagandístico e apenas denunciador. Seu caráter é de Programa Democrático e Popular, concebido enquanto “programa movimento” que, ao dialogar com as necessidades imediatas de nosso povo, esteja conectado com a perspectiva estratégica socialista.

Ademais, não é um programa projetado para ser implementado no futuro, quiçá para ser desenvolvido por um presidente da República e por sua equipe ministerial. Defendo que o Programa Democrático e Popular deva ser apresentado e encampado como desejo real do povo, mesmo ainda sem o PSOL haver conquistado o governo, seja ele municipal, estadual ou nacional. É exatamente essa postura que nos alça à condição de partido de oposição programática e de esquerda.

O capitalismo, mesmo que cambaleante, não ruirá por si mesmo. Nada nos garante que, no bojo de suas crises, encontraremos a oportunidade de sua superação. Afinal, a história já nos mostrou que a direita, contraditoriamente, pode se fortalecer em meio às crises estruturais do próprio sistema capitalista. A estratégia para tal intento deve ser processual e obra de milhões de brasileiros e brasileiras cientes da missão. O PSOL reivindica-se integrante desse sujeito histórico e nasceu disposto a acumular forças e perseverar na construção de uma sociedade pós-capitalista.

## Unidade socialista

O PSOL é, a um só tempo, meio e fim. Meio porque opera como instrumento para a sociedade alcançar determinados objetivos. Predispõe-se a ser instrumento a serviço dos explorados e oprimidos, instrumento para combater a homofobia, o racismo e o sexismo, por exemplo. Instrumento em favor da redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, da reforma política com financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, da educação pública de qualidade, de fortalecimento de políticas públicas para a saúde e a mobilidade, da democratização da propriedade da terra e das comunicações. Fim porque precisa ser construído, precisa de permanentes atualizações, de cuidado consigo para seu pleno funcionamento democrático e libertário.

Assim, jamais será obra acabada e estará em permanente processo de construção. Considero que a “forma” partido não é dicotômica da “forma” movimentos sociais. Por isso, discordo da apressada conclusão de determinados(as) companheiros(as) que, diante do “sentimento de perda”, desistiram da estratégica tarefa de edificar um partido em favor da classe trabalhadora e caíram ou no movimentismo ou, o que é pior, vestiram o pijama, mediante gigantesca desilusão com o PT. Nesse sentido, o PSOL nasceu disposto a ser um espaço de unidade socialista e um aconchegante abrigo para a esquerda brasileira, e a partir da necessidade de compor ações práticas e definições estratégicas, estimular um novo campo político. Por isso, sempre afirmou ser um novo partido em favor de uma nova política.









# PARECE QUE FOI ONTEM

**Milton Temer<sup>1</sup>**

Não me lembro de todos os presentes, para além de Carlos Nelson Coutinho, Robaina, Sílvia, Babá, Martiniano, Tostão, Aguinaldo. Mas enchíamos a sala do sétimo andar da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), com uma mesa comandada por Heloísa Helena, da qual eu fazia parte. Nascia ali a Esquerda Socialista e Democrática, ponto de partida para o que somos hoje.

Estávamos em outubro ou novembro de 2003. E como movimento de resistência à guinada ideológica marcada pelos primeiros passos do governo Lula, estávamos ali um conjunto de militantes que se propunha a manter viva a ideia de transformação revolucionária do País. Sem concessões ao pragmatismo e aos recuos programáticos que Lula já implementava em seus primeiros passos no Planalto, ainda causando perplexidade e revolta em boa parte do PT, do qual éramos majoritariamente oriundos.

Perplexidade e revolta que terminaram se estiolando diante do peso do braço *empregarial* do Poder Executivo, pelo menos para os que se locupletaram. E com a cobertura de uma cúpula acovardada diante das pressões do “grande líder” quanto à “governabilidade possível” que impunha, com uma Central Única dos Trabalhadores (CUT) e uma

---

<sup>1</sup> Milton Temer é jornalista, um dos fundadores do PSOL, ex-deputado e membro da Executiva Estadual do partido (RJ).

União Nacional dos Estudantes (UNE) crescentemente cooptadas, fidelidade incondicional a uma militância ideologicamente desarmada. Ou aterrorizada, diante do que considerava falta de alternativas com perspectiva de uma disputa real de poder.

O Partido Socialismo e Liberdade nasce desse contexto. Num encontro em Brasília que dá a arrancada para a coleta de quase meio milhão de assinaturas, em nove estados da Federação, com as quais concretizaria sua legalidade institucional.

Foi uma campanha extraordinária, nunca repetida pelos partidecos que surgiram após. Precedentes, possivelmente, só na campanha que reorganizou o PCB após derrota do nazifascismo na II Guerra Mundial.

Foi uma campanha, enfim, que fervilhava nas ruas e praças das grandes capitais, com oradores fazendo discursos permanentes para as filas que se formavam diante de banquinhas improvisadas, por aqueles que queriam ajudar a fundar o “partido da Heloísa”. Porque, sem nenhum demérito a Luciana Genro, Babá e João Fontes, que com ela foram expulsos do PT, foi sua voz a que mais se destacou, na denúncia do significado degradante da indicação de Henrique Meirelles para o Banco Central – o “companheiro” Henrique Meirelles, como o anunciou Lula em coletiva aos telejornais.

E pelo espaço de tribuna que ocupava com seu mandato, foi ela quem se levantou em protesto, antes de todos, contra o apoio de Lula à eleição de José Sarney à Presidência do Senado. Como se previsse, na decisão insólita, a tragédia da política de alianças clientelista, fisiológica e sem coerência programática que Lula poria em prática em seus dois mandatos. Era ela, portanto, a abre-alas de uma nova agremiação que em 2015 completou dez anos de legalização.

## Dez anos, do doce e do amargo

Uma década em que muita coisa de bom, motivo de orgulho, ocorreu, mas também de duros contratempos. Orgulho quando vemos o prestígio crescente da legenda, por conta, muito, do papel extremamente importante que nossas bancadas parlamentares desempenharam desde sua entrada no Congresso e nas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores. Mas prestígio crescente, também, pela presença constante de nossa militância em todas as mobilizações da sociedade civil organizada, de esquerda, ao longo de todos esses anos. Anos que não foram fáceis por razões múltiplas, e bem distintas das que propiciaram o nascimento e o crescimento consolidado do PT.

Ao contrário do início da década de 1980, não vivíamos a ascensão de um movimento sindical espontâneo, nascido das greves do ABC, com uma Igreja hegemônica pela Teoria da Libertação. Não tínhamos, no plano internacional, a perspectiva ascendente de uma reforma por dentro do dito socialismo real, com *glasnost* e *perestroika* tentando mostrar ao mundo ser possível conciliar igualdade e liberdade individual. Nada parecido também com a ebulição intensa da campanha das Diretas, e até da vitória de Tancredo no Colégio Eleitoral, antecipando um disputado processo Constituinte.

Pelo contrário. Nascíamos de um retrocesso em nosso próprio território; de uma ruptura com o que representara a expectativa de esquerda socialista, combativa, durante duas décadas, do saudoso PT. E cujo transformismo programático só recentemente consegue alguma contestação significativa, tanto entre os próprios militantes quanto em sua base social-eleitoral. Um transformismo cujas sequelas são ainda difíceis de mensurar. Mas que, pela despolitização que produziu, trouxe como resultado

mais visível uma imensa sensação de ceticismo e desesperança de novas gerações em relação à necessidade de participação cidadã na vida política. Abriu avenidas para o sentimento de que “no poder, são todos a mesma coisa”. Uma coisa pestilenta, malcheirosa.

Um transformismo ideológico, enfim, com forte guinada para a direita, dissimulado por manobras que só um sindicalista com concepção favorável ao de papel do sindicato como amortecedor de tensões entre o mundo do trabalho e o patronato poderia empreender com êxito. Foram os tempos do “pacto conservador de alta intensidade”, compensado pelo “reformismo fraco” das políticas “bursáteis”, assistencialistas, como bem os definiu o insuspeito porta-voz do primeiro mandato Lula, André Singer, em seu “Os sentidos do lulismo”.

Na conjuntura resultante desse processo, tornaram-se, portanto, imensos os obstáculos impeditivos do crescimento e consolidação do PSOL. O que, no entanto, não reduz nossas próprias responsabilidades, consequentes de concepções e métodos que nos obrigam à reflexão profunda, num momento em que, mesmo com as limitações materiais, sentimos uma aproximação de simpatizantes por conta de termos conseguido nos manter fora do pântano desmoralizante das demais legendas da “base” de alianças do neoPT. Mas que não nos absolvem de rever acidentes sérios ao longo desta primeira infância existencial.

### **Nossos problemas**

Começemos pelas questões orgânicas. Considero que uma das cláusulas pétreas da formação do PSOL – a legalidade das tendências – merece regulamentação nunca efetivada. Garantidas pelo Estatuto, as tendências sempre

priorizaram sua organização interna à necessidade de uma unidade permanente da ação partidária.

Não se trata, de forma alguma, de tentar contrapor algo como “centralismo democrático”. Mas não se pode agir com tendências podendo operar, externa e internacionalmente, como se fossem partidos autônomos. Creio ser algo fundamental, carente de urgente reflexão de um próximo Congresso, em que opino que a tendência temática, extrapolando as orgânicas, a elas se sobreponha.

Também não podemos deixar nos escaninhos do esquecimento os episódios com forte impacto desestabilizador em nossas lutas. E nisso destaco a renúncia traumática de Heloísa Helena, até então nossa referência fundamental para uma campanha presidencial competitiva em 2010. Em 2009, por conta da excelente performance em 2006, Heloísa aparecia com destaque nas pesquisas de todos os institutos. Variava de 12 a 14% e tinha condições concretas de chegar ao segundo turno, no ano seguinte, excluindo desse embate a direita tradicional, que José Serra assumia.

Lamentavelmente, as divergências internas – principalmente na discussão sobre o aborto – deram a ela a arma para a operação que já pretendia, de abandonar a candidatura à Presidência, priorizando uma disputa inviável, de resultados eleitorais e significado político, para o Senado, por Alagoas. Decisão brutalmente equivocada, contra a qual me coloquei de forma quase solitária no campo das tendências e de alguns independentes que se alinhavam internamente com Heloísa.

Não me interessavam as perspectivas inicialmente favoráveis em Alagoas. Pois tinha certeza de sua derrota diante de um inequívoco empenho de Lula, em alta no Nordeste. Apoiaria Renan e qualquer outro poste que o acompanhasse na dobrada. Mais ainda, Heloísa não acei-

tava minha argumentação de que, com o apoio consensual, não só do PSOL, como também do PSTU e do PCB, mesmo que não chegasse a uma vitória eleitoral, sairia da campanha presidencial com um ainda maior patrimônio político pessoal. O que permitiria prever êxitos concretos numa das eleições seguintes.

Heloísa não cedeu. Preferiu o suicídio político, pelo menos em âmbito nacional, e se retirou de forma trágica da disputa. Trágica porque estimulou a inexpressiva candidatura de Marina Silva, então beirando os 3% nas pesquisas. Não a impulsionou apenas pela ausência na campanha de Plínio no âmbito nacional, mas por nunca desmentir de forma clara as insinuações de sua simpatia pessoal por Marina.

Suicídio político, repito, porque liquidou uma candidatura presidencial que, já na sua primeira experiência, não hesitara em defender reformas estruturais radicais, apontando o socialismo como saída para o desenvolvimento sadio do gênero humano. E colocando no seu espaço político alguém que, dissimulada em imagem de esquerda por conta do passado petista, já era um braço auxiliar dos tucanos, como veio a se revelar de forma explícita na campanha por Aécio no segundo turno de 2014.

Não diminuamos, por conta disso, as campanhas de Plínio e de Luciana Genro. Campanhas radicais, com excelente participação nos debates decisivos da reta final na TV, e que muito contribuíram para o que há de positivo e de espaço com credibilidade que o PSOL começa a ocupar. Perdemos no eleitoral em relação à expressão de Heloísa, mas não na afirmação e crescimento político e ideológico.

## Nossas alternativas

Somos, como bem lembrou o saudoso Leandro Konder, também fundador do PSOL, em seu “Em torno de Marx” (Boitempo), ao citar Lukács, “*des charbons ardents d’un grand feu éteint*” (carvões ardentes de um grande fogo apagado).

Pretendemo-nos um partido revolucionário – pelo caminho das reformas estruturais na disputa da hegemonia através da via institucional, como sempre pretendemos, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho e este escriba – ou pela ruptura através da radicalização dos atos de um movimento social politizado, como pretendem outros. Mas, espero, ambos os segmentos conscientes de que fazemos o combate navegando num mar adverso. Um mar onde excesso de algas e poluições ideológicas, reforçadas por um pântano paralisante de despolitização, nos apresenta imensas dificuldades de avançar.

No entanto, e a despeito de tudo isso, somos obrigados a não parar. E isso temos conseguido de alguma forma, graças à capacidade de, dentro de nossos limites, termos sabido compatibilizar a luta institucional com os movimentos sociais.

Mas não é suficiente para um salto qualitativo. Para tanto, necessitamos de muito mais massa crítica; de apoio popular espreado para além de nossas fronteiras ideológicas. E é nesse sentido que vejo a necessidade de o PSOL ser o aríete da formação de uma Frente de Esquerda. Uma frente com perspectiva de ação estratégica, de viés firmemente anticapitalista, nas lutas sociais e nas batalhas eleitorais. Uma frente que se instale inicialmente num acordo básico e transparente com o PSTU e com o PCB, mas com vistas a se ampliar a setores sociais diversos, no campo da esquerda. Refiro-me aos brizolistas autênticos, que

não se conformam com a transformação da legenda do PDT em moeda de troca clientelista. Refiro-me aos que, fragmentados, soltos organicamente, ainda estão aprisionados na lógica imobilista de conter sua participação ao voto no “menos pior”. Refiro-me, principalmente, à base social e eleitoral do neoPT; àqueles tomados por um desconforto crescente em função da guinada ideológica que Lula, na sua postura cesarista, impôs a um saudoso PT classista, a partir de sua “Carta ao Povo Brasileiro”.

Difícil? Sem dúvida. Irrealizável? Nem pensar. Dentro do preceito gramsciano que nos obriga ao equilíbrio entre o pessimismo da razão e o otimismo da vontade, vale lembrar o que sempre nos alerta o camarada Leo Lince: “Nada é impossível para quem já se habituou a ralar no áspero.” Luta que segue!!!









# UTOPIA RENASCIDA: O PSOL COMO DESAFIO E PROMESSA

**Edmilson Rodrigues<sup>1</sup>**

Sob o céu amazônico, uma chuva de flechas. Corria o ano de 1617 e a extensa área dos atuais Maranhão e Pará entra em ebulição com a primeira grande revolta indígena contra a invasão portuguesa<sup>1</sup>. A história guardou o nome do líder tupinambá Pacamão, cacique da aldeia de Cumã, localizada na área que hoje abriga a cidade maranhense de Guimarães, berço da insurreição. Os cronistas da época deixaram relatos da guerra que opôs uma confederação de mais de 20 mil indígenas de cerca de 600 aldeias a algumas centenas de portugueses, e de como estes conseguiram, dois anos depois, debelar a rebelião num rio de sangue. Mais de dois séculos depois, esse mesmo vale amazônico seria varrido pela Cabanagem, guerra popular com fortes traços caboclos e afro-brasileiros, que logrou implantar o primeiro governo dos de baixo em nosso país. A efêmera duração dessa experiência revolucionária é inversamente proporcional ao extraordinário legado de resistência que essa ousadia dos pobres da terra cravou no solo brasileiro exatamente 35 anos antes da Comuna de

---

1 Edmilson Rodrigues é deputado federal (PSOL-PA), ex-deputado estadual por três legislaturas no Pará e ex-prefeito de Belém (1997-2004). Arquiteto e urbanista, é professor adjunto da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).

Paris. Quem poderá negar a presença tupinambá, renascida e vulcânica, na bandeira rubra dos cabanos?

Na esteira dos séculos, no gigantesco país que se formava, opressão e resistência vão imprimindo suas marcas. Quem nos conta é Euclides da Cunha, no clássico *Os Sertões* (1902):

(...) Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente 5 mil soldados<sup>2</sup>.

O sertanejo, antes de tudo um forte, não sucumbiu na poeira do arraial de Belo Monte, naquele que foi o primeiro dos muitos massacres ordenados pela República que já nascera sob o manto do chumbo e da pólvora. Meio século depois, naqueles mesmos sertões nordestinos, eis que se levantou o estandarte das Ligas Camponesas e as cercas do latifúndio secular começaram a ser rompidas. “Reforma agrária! Reforma agrária! Na lei ou na marra!” Nesses gritos e em muitos outros carregados da mesma incandescência, pode-se perceber, com nitidez espantosa, o mesmo timbre que povoou a cantoria dos seguidores de Antônio Conselheiro, que viam em sua pregação messiânica a possibilidade de um novo céu e de uma nova terra. Terra sem males, *Ivy-Marãen*, tal qual nos ensinam há milhares de anos os tupis-guaranis.

Os corpos eram dilacerados na tortura implacável. Na fase mais cruel do regime militar, não se tratava de obter informações que ajudassem a destruir as organizações guerrilheiras já isoladas e enfraquecidas. O aparato repressivo pretendeu exterminar e afogar em sangue a

chama de rebeldia que iluminava o olhar destemido e algo insensato de uma geração de revolucionários. Quando fuzilaram Carlos Marighella, de tocaia, na tristemente famosa Alameda Casa Branca, em São Paulo, supunham que com ele a rebeldia desceria ao túmulo. Da mesma forma, alguns poucos anos depois, nas selvas do Araguaia paraense, quando a soldadesca assassina e degola o guerrilheiro Osvaldão, imaginavam que estaria decretado o silêncio perpétuo naquelas matas. Não foi o que se viu, felizmente. Pouco tempo se passou para que posseiros e sem-terra fizessem do Pará um chão de batalha e de conquistas. E no centro industrial do Brasil, no ABC paulista, as grandes greves operárias prenunciaram um novo tempo de crescimento das lutas e de fim do regime do terror.

Assim é que a luta libertária no Brasil trilhou caminhos tortuosos e inseguros. Idas e vindas. Derrotas que prenunciaram novas lutas, nem sempre vitoriosas ou, por outro ângulo, marcadas por circunstâncias, limites e possibilidades de cada quadra histórica. O que existe de fundamental – e merece ser destacado – é a imprescindível preservação do horizonte utópico, aquele não lugar que serve de horizonte móvel; a cada passo que damos, ele se distancia também um passo, na imagem bela e irretocável do imortal Eduardo Galeano. É essa busca incessante por um mundo de homens e mulheres livres e iguais que nos impulsiona à frente, a caminhar e construir o caminho que, para ser verdadeiro, precisa, a um só tempo, ter a marca da ousadia e do pensamento crítico.

### **Um marco na esquerda**

O PSOL, que celebrou seu primeiro décênio de existência legal no segundo semestre de 2015, faz parte desse

concerto maior representado pelas amplas mobilizações de resistência popular à ditadura que, em fins dos anos 1970, conduziram à criação do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre outros movimentos insubmissos. Entretanto, ao se criar o PSOL em 2005, mesmo reconhecendo suas limitações históricas, o que se pretendeu foi marcar o espaço à esquerda diante do esgotamento – já àquela época – do projeto do PT, esvaziado de sua porção libertária e em processo crescente de adaptação aos estreitos parâmetros do Consenso de Washington. A luta pelo socialismo não sucumbiu à falência do projeto petista. Essa é talvez a mais importante lição que se pode abstrair da trajetória do PSOL nesses anos desafiadores.

Pensar o País para pensar o partido necessário. Diria mais: decifrar a esfinge representada pelo povo brasileiro, mergulhar em sua história particular e em sua extraordinária cultura, eis aí o desafio maior a ser perseguido.

De que país se está falando? Quando se fala em povo brasileiro se quer dizer exatamente o quê? Que venha Darcy Ribeiro, um gênio cuja obra está aí como uma fonte a alimentar os que não abrem mão do sonho, com sua arguta definição:

*Que é o Brasil entre os povos contemporâneos? Quem são os brasileiros?(...) Nós, brasileiros, neste quadro, somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e continuamos nos fazendo. Essa massa de nativos oriundos da mestiçagem viveu por séculos sem consciência de si, afundada na ninguendade. Assim foi até*

*se definir como uma nova identidade étnico-nacional, a de brasileiros. Um povo, até hoje, em ser, na dura busca de seu destino. Olhando-os, ouvindo-os, é fácil perceber que são, de fato, uma nova romanidade, uma romanidade tardia, mas melhor, porque lavada em sangue índio e sangue negro.*<sup>3</sup>

Povo novo, de múltiplas faces, mistura única. Aqui neste solo não prospera o transplante mecânico de fórmulas e mandamentos. Aqui a esquerda e a luta libertária precisam se reinventar sob pena do malogro.

Sempre é bom ter em conta que somos um país profundamente marcado pela permanência mal dissimulada de nossa herança escravista. Empresa colonial, plataforma para atender a voracidade da metrópole, o Brasil teve seus destinos determinados de fora para dentro e de cima para baixo. Caldeirão de violências e atrocidades contra os pobres, que, entretanto, jamais deixaram de opor resistências e de pronunciar a intenção – e isso sempre foi e será fundamental – de romper com a mancha imoral da brutalização do ser humano que nos acompanha desde os primeiros dias.

Impossível, pois, compreender o Brasil sem delinear em nossa formação a marca indelével do sistema escravista, cujos contornos estão solidamente incrustados no cerne na identidade nacional. É a face que se esconde, transfigura-se em imagem de suposta tolerância apenas para deixar evidente a enorme carga de culpa pelo mais cruel dos sistemas de produção:

*A atividade produtiva, repetitiva, cansativa e extremamente laboriosa, já era em si violenta. Trabalho compulsório impunha a introjeção*

*da autoridade do senhor e uma sensação constante de medo, lograda pelo castigo disciplinar muitas vezes aplicado coletivamente. Punições públicas, o tronco exemplar, a utilização do açoite como forma de pena e humilhação, os ganchos e pegas no pescoço para evitar as fugas nas matas, as máscaras de flandres para inibir o hábito de comer terra e assim provocar o suicídio lento e doloroso, as correntes prendendo ao chão; construiu-se, no Brasil, uma arqueologia da violência que tinha por fito de construir a figura do senhor como autoridade máxima, cujas marcas, e a lei, ficavam registradas no corpo do escravo.<sup>4</sup>*

Como diz Cesar Benjamin<sup>5</sup>, motivos não faltaram para dificultar a tarefa de decifrar o enigma brasileiro:

*Já independentes, continuamos a ser um animal muito estranho no zoológico das nações: sociedade recente, produto da expansão europeia, concebida desde o início para servir ao mercado mundial, organizada em torno de um escravismo prolongado e tardio, única monarquia em um continente republicano, assentada em uma extensa base territorial situada nos trópicos, com um povo em processo de formação, sem um passado profundo onde pudesse ancorar sua identidade. Que futuro estaria reservado a uma nação assim?*

Colaborar com a busca de resposta a essa pergunta é uma das mais desafiadoras tarefas do PSOL, sendo também, como veremos a seguir, razão maior de sua existência.

Como sabemos, o PSOL é um partido indispensável à construção do futuro justo e feliz. É imprescindível para um projeto de país soberano, que afirme seu caráter plurinacional e portador de tantas singularidades. Sua importância se afirma num contexto em que a globalização é estruturalmente perversa, e essas perversidades não são sentidas por todos. Há uma minoria muito rica e próspera cada vez mais avassaladora de direitos de quem vive do trabalho e de riquezas socialmente produzidas e recursos nacionais.

É essa minoria representada pelos *agronegociistas*, latifundiários, madeireiros ilegais, industriais e banqueiros que contabiliza lucratividades cada vez maiores. É ela que perpetra os ataques mais cruéis contra os direitos dos trabalhadores e contra a natureza. Essas perversidades sistêmicas se expressam num processo de acumulação ampliada do capital que só se sustenta com base no aumento da exploração. O que significa dizer superexploração do trabalho: jornadas extensivas e de alta produtividade.

Essas perversidades só se sustentam porque o Estado, que sempre atuou a serviço dos donos do capital, abriu mão de cumprir mesmo que de forma limitada um papel de mediador dos interesses das classes. Hoje, é a minoria das diferentes frações do grande capital que determina as normas que vão viabilizar o uso do território com base na lógica da grande lucratividade. Ou seja, as leis devem tornar acessíveis os recursos nacionais, incluindo o barateamento do único recurso capaz de produzir riquezas: a força de trabalho. Portanto, é o Estado através dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que atua no sentido de transformar tudo e todos em meras mercadorias em função do lucro das minorias prósperas.

É a mercantilização total da vida, com a conseqüente destruição dos laços humanitários. Essa minoria almeja

sequestrar nosso futuro, esterilizar o solo pátrio tão fecundo quanto tão massacrado.

Não haverá saída para o impasse brasileiro sem a incorporação à política de amplos segmentos de nosso povo. Guerra de posição, mas simultaneamente guerra de movimento, a transformação social em nosso país exige antes de tudo a conquista de espaços no combate contra-hegemônico. Daí avulta a necessidade imperiosa do partido-ferramenta, escola política e organizador coletivo, que recolha e se fortaleça na rica e secular história de resistência do povo, mas que saiba ser contemporâneo dos tempos velozes em que a humanidade navega.

Para dar passos à frente – com firmeza e ousadia – é indispensável diagnosticar a crise que ameaça nos devorar como nação e, sobretudo, ter a coragem de gestar alternativas. Nas palavras absolutamente bastante atuais de Leda Paulani:

*(...) a inserção de nosso país no mundo globalizado pela via de sua transformação num mercado financeiro emergente tem nos reservado um papel melancólico na divisão internacional do trabalho, além dos efeitos deletérios que tem produzido para a economia nacional e para sua capacidade de produzir uma sociedade menos fracionada e barbarizada. (...) No caso do Brasil, essa submissão foi completa; tão completa que mesmo um governo pilotado por partido operário nascido de baixo para cima, da árdua luta dos trabalhadores, foi incapaz de escapar dela. Trata-se de um impasse histórico para ninguém botar defeito. Para sair dessa situação, é preciso, mais do que nunca, força política e disposição de enfrentar interesses secu-*

*larmente constituídos e que foram devidamente  
vitaminados nesses últimos 15 anos de escanca-  
rado e depois desavergonhado neoliberalismo.*<sup>6</sup>

O caminho da mobilização dos de baixo se afirma como necessidade histórica. A multidão de trabalhadores, incluindo os desempregados, dos oprimidos em função de gênero, etnia, orientação sexual está, por isso, cada vez mais inquieta. É por isso que o PSOL, como partido socialista e revolucionário com presença no Congresso Nacional, cumpre papel estratégico para produção de uma nova ordem que seja um futuro possível de justiça e paz.

O PSOL é necessário e mesmo imprescindível porque, fora ou dentro dos espaços institucionais, luta numa perspectiva antimonopolista, antilatifundiária, radicalmente democrática e internacionalista. Logo, é o partido que representa a possibilidade da produção de um novo padrão civilizatório para o Brasil e, por que não dizer, para o mundo. A luta para tornar viável um projeto de desenvolvimento soberano e socialista produzido a partir dos que vivem do próprio trabalho torna o PSOL um instrumento fundamental em termos históricos e estratégicos.

Fruto da profunda crise da esquerda, esse partido é portador da utopia libertária que embalou o sonho de tantas gerações de lutadores e lutadoras deste país-continente. Em suma, o PSOL abraça a missão de ser parte importante na organização de um amplo movimento democrático e popular, que representa a chave para a solução da crise brasileira sob o ponto de vista das maiorias nacionais.

Diante das agruras do presente – em suas múltiplas e terríveis formas de alienação e violência –, há os que se rendem e se tornam seres destituídos da faculdade de sonhar. Isto é, perdem a mais importante dimensão huma-

na. Ao refletir sobre a recente trajetória do PSOL como projeto político transformador, com seus méritos e limitações, faz-se o caminho inverso, rema-se contra a maré, desafia-se o *status quo* e suas leis de ferro.

É preciso antes de tudo preservar o otimismo. Persistir na crença na capacidade criadora de homens e mulheres para continuar construindo o caminho da transformação social.

Em tempos sombrios, em que a desesperança impera, cresce o papel de um partido nos moldes do PSOL, justamente para servir de ponte entre os que não se deixam submeter pela lógica estúpida do pensamento único.

Hoje, como ontem, vale revisitar os ensinamentos do grande mestre Milton Santos, quando reafirma a pertinência e atualidade da utopia:

*O mundo definido pela literatura oficial do pensamento único é, somente, o conjunto de formas particulares de realização de apenas certo número de possibilidades. No entanto, um mundo verdadeiro se definirá a partir da lista completa de possibilidades presentes em certa data e que incluem não só o que já existe sobre a face da Terra, como também o que ainda não existe, mas é empiricamente factível. Tais possibilidades, ainda não realizadas, já estão presentes como tendência ou como promessa de realização. Por isso, situações como a que agora defrontamos parecem definitivas, mas não são verdades eternas. É somente a partir dessa constatação, fundada na história real do nosso tempo, que se torna possível retomar, de maneira concreta, a ideia de utopia e de projeto.<sup>7</sup>*

Que o PSOL se fortaleça cada vez mais na direção da retomada da ideia de utopia e de projeto. Um verdadeiro projeto popular para o Brasil, a fim de realizar todas as nossas potencialidades como nação soberana.

Que venham os próximos dez anos de PSOL e que a nova década de construção partidária que se abre seja fecunda na reafirmação da luta e do compromisso de conquistar a plena felicidade humana.

---

1 GUZMÁN, Décio de Alencar. Guerras na Amazônia do século XVII: resistência indígena à colonização. Belém: Estudos Amazônicos, 2012.

2 CUNHA, Euclides da. Os sertões. Rio de Janeiro: Record/Altaya, 1998.

3 DARCY, Ribeiro. O povo brasileiro: evolução e sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

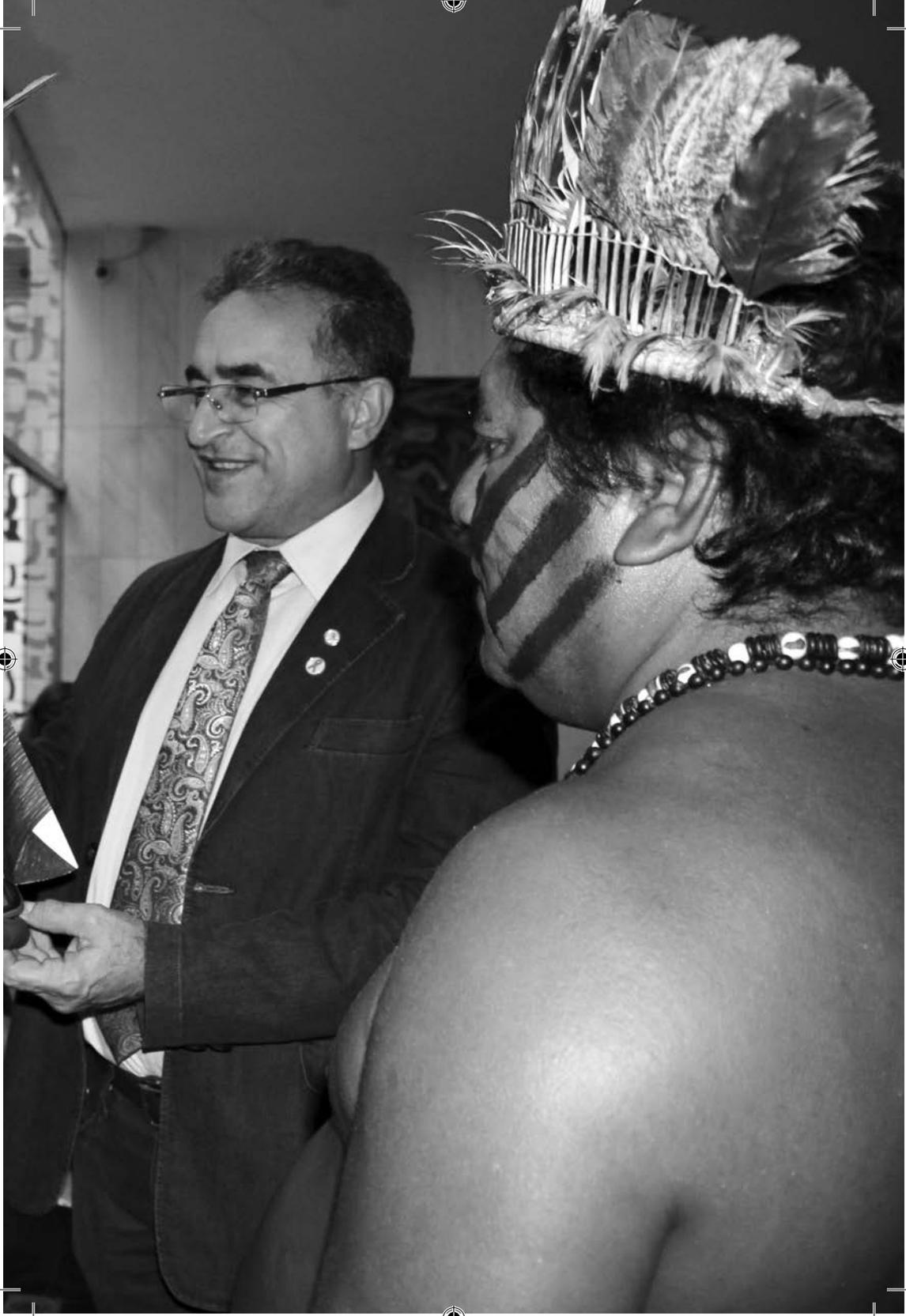
4 SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

5 BENJAMIN, Cesar. Uma certa ideia de Brasil, 2007. Disponível em [www.contrapontoeditora.com.br/arquivos/artigos/200711011651590.Certa%20ideiade%20Brasil.pdf](http://www.contrapontoeditora.com.br/arquivos/artigos/200711011651590.Certa%20ideiade%20Brasil.pdf)

6 PAULANI, Leda. Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

7 SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Bes-tBolso, 2011.







# SOCIALISMO COM LIBERDADE: EIS O CONVITE DESAFIADOR DO PSOL

**Edilson Silva e Albanise Pires<sup>1</sup>**

Foi entre novembro e dezembro de 2003 que um pequeno grupo de militantes socialistas, embalados pela luta dos “radicais do PT” – era como a mídia se referia aos deputados Babá, João Fontes, Luciana Genro e à senadora Heloísa Helena –, reuniu-se no Rio de Janeiro para debater a fundação de um novo partido socialista no Brasil. Um processo de expulsão desses parlamentares do PT ainda estava em andamento. Motivo da expulsão: a “indisciplina” nas votações da reforma da Previdência de Lula, cujo símbolo maior era a taxaçoão de aposentados. Consumadas as expulsões, lançoamo-nos à organização do Encontro Nacional da Esquerda Socialista e Democrática, que ocorreu em Brasília em junho de 2004, quando se deu a fundação política do PSOL.

Um pomposo livro vermelho foi aberto naquele encontro, para receber as 101 assinaturas dos fundadores do partido. Nomes como Leandro Konder, Chico de Olivei-

---

1 Edilson Silva é deputado estadual por Pernambuco. Albanise Pires é presidenta do PSOL-PE. Ambos são da Executiva Nacional do PSOL.

ra, Carlos Nelson Coutinho, Paulo Arantes, Ricardo Antunes, Leda Paulani e tantos outros se juntaram ao nosso projeto, somando-se aos parlamentares, cujo ícone maior era Heloísa Helena. Daquele encontro de fundação até o registro legal do partido, em 2005, percorremos mais de um ano coletando mais de 700 mil assinaturas de apoio, exigidas pelo Tribunal Superior Eleitoral. Realizamos encontros que reuniram milhares de ativistas nas principais cidades e capitais do País. Em meio a esse processo, ganhamos do Ziraldo o solzinho infantil e simpático que até hoje tremula nas nossas bandeiras.

Temos muito orgulho de ter participado desde os momentos mais embrionários da formação do PSOL. Fizemos parte da primeira Executiva Nacional provisória, que organizou o 1º Encontro partidário. Nos quatro congressos que realizamos até hoje, tivemos a oportunidade de ser sempre reconduzidos à Executiva Nacional. Vivemos por dentro e profundamente todas as dores e delícias desse partido nestes dez anos de vida legal.

Na condição de um projeto partidário que surgiu como uma reação ao que já era considerado traição por parte do PT e de Lula no poder, o PSOL gerou em torno de si uma força centrípeta que atraiu ampla diversidade de atores políticos, com trajetórias distintas e, logicamente, expectativas também muito variadas. O governo Lula já tinha colocado Henrique Meirelles na Presidência do Banco Central, José Sarney na Presidência do Senado e já tinha aprovado uma contrarreforma da Previdência, a mesma que os movimentos sociais e a esquerda brasileira tinham estancado nos governos de FHC. Era contra isso que se juntaram tantas tradições da esquerda brasileira.

O desafio que estava colocado para o partido nascente era, portanto, afirmar-se positivamente. Não poderíamos ser apenas um partido antiPT/Lula pela es-

querda. Nos momentos iniciais de nossa fundação, esse debate foi feito à exaustão. O PSTU inseriu-se em nossos fóruns e chegou a propor uma fusão/incorporação entre os proponentes do novo partido e a sua agremiação, que já contava com quase dez anos de existência. Foi nesse momento que praticamente a unanimidade dos que compunham o movimento pelo novo partido afirmaram uma posição extremamente importante para a definição de nossa concepção. Não seríamos um novo PT, tampouco seríamos um novo PSTU.

Os fundadores do PSOL tiveram a sapiência de perceber que o momento histórico pelo qual passava a esquerda brasileira exigia um partido com muita tolerância interna, com direito de tendências e com espaço para transformar-se também num fórum permanente de debates e sínteses. O PSOL nasceu, portanto, com três importantes consensos: não repetir os erros do PT; não se transformar em mais um PSTU; e garantir internamente o exercício da diversidade da cultura política da esquerda que se abrigou no seu interior, para que o fator tempo fosse forjando os ajustes mais finos e estratégicos do perfil partidário.

Foi com essas certezas e com essa tolerância que aprovamos um estatuto e um programa partidário em nossa fundação. Esses documentos são a fotografia daquele momento histórico e é visível que há ali um esforço de acomodação de várias visões.

Nestes dez anos, vimos o aprofundamento da degeneração do PT e o advento dos governos de Dilma. Vimos a América Latina erguer o paradigma bolivariano e viver o seu ápice e seus momentos difíceis na atualidade. Vimos o que se convencionou chamar por alguns de Primavera Árabe, com todas as suas consequências, como a ascensão do Estado Islâmico e o fortalecimento do terrorismo.

Vimos a ascensão do Podemos na Espanha e do Syriza na Grécia, fruto das manifestações que sacudiram o mundo após a inauguração do século XXI e que tiveram na grave crise econômica de 2008 um fator determinante.

Vivemos aquele incrível junho de 2013 no Brasil, que abalou as estruturas políticas do País. Saímos da internet do *e-mail* e do *Orkut* e ingressamos na internet 2.0, com *WhatsApp* e *Facebook*. Nem o mais animado futurólogo imaginaria tantas transformações em tão pouco tempo.

Mas não foi apenas o ambiente externo ao PSOL que mudou nestes dez anos. O PSOL recebeu reforços como, dentre outros, os deputados Chico Alencar e Ivan Valente, assim como o saudoso Plínio de Arruda Sampaio. Internamente, muitos novos arranjos se deram. Todas as correntes internas passaram por divisões e fusões. Foram dez anos de experiência em comum de uma militância muito diversificada, experiência que forjou novos vínculos políticos, novas relações de confiança, novos emblocamentos internos.

Prova da forte movimentação interna é que neste período a ex-senadora Heloísa Helena, maior referência política na fundação do PSOL, sua primeira presidente e candidata a presidente da República que obteve quase 6 milhões de votos em 2006, não se encontra mais entre os quadros do partido. O fato de termos tido três candidaturas distintas à Presidência da República no período – Heloísa Helena em 2006, Plínio de Arruda Sampaio em 2010 e Luciana Genro em 2014 –, todas com perfis muito particulares, atesta o quanto a trajetória do PSOL tem sido, antes da perseguição em linha reta de uma estratégia programática, a busca sinuosa por uma certidão de identidade.

Por outro lado, se nestes dez anos seguimos num processo de busca de uma identidade nacional, que ajude a conferir ao partido contornos mais precisos no terreno

da estratégia lastreada numa plataforma teórico-programática, é verdade também que nas realidades regionais o partido tem se mostrado com muito mais vigor e muito mais relevância política. Os recentes resultados eleitorais mostram isso, como no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Florianópolis, Belém, Macapá, Fortaleza, Recife, para citar os casos mais contundentes.

Mas, mesmo com as insuficiências que ainda temos, é fato que o PSOL é uma grande vitória da esquerda socialista brasileira, um patrimônio político fundamental das forças democráticas, progressistas e libertárias do nosso país. Contudo, é preciso que olhemos para trás com esse olhar crítico, para que possamos traçar para o futuro um percurso que preencha nossas lacunas, sobretudo aquela que julgamos ser a maior e mais importante: a estratégia partidária a partir do redesenho do paradigma socialista.

Não podemos seguir nos próximos dez anos com um programa que seja a fotografia de uma colcha de retalhos costurada às pressas para atender aos prazos da legislação partidária, que já não reflete sequer a reorganização interna do PSOL. Mais importante, não podemos seguir sem constituir o partido como um espaço que abrigue um debate profundo, qualificado e sincero sobre a compatibilidade do socialismo com a liberdade no século XXI.

Ousar fazer do PSOL esse espaço de desenvolvimento de uma esquerda política forte e saudável no Brasil, um polo de atração das forças vivas de transformação da nossa sociedade, é condição *sine qua non* para que construamos a nossa estratégia socialista e anticapitalista e, assim, possamos construir com mais segurança e ciência nosso programa de transição ou programa mínimo para mobilizar o povo

brasileiro para as revoluções que precisam ser feitas na política e na economia.







# BREVE BALANÇO DOS ANOS DE LEGALIZAÇÃO DO PSOL

**Roberto Robaina<sup>1</sup>**

A campanha eleitoral presidencial do PSOL de 2014 foi a reafirmação da validade da fundação do partido em 2004. Luciana Genro soube traduzir o programa do PSOL para uma política capaz de influenciar eleitoralmente setores de massas e plantar as sementes de um verdadeiro partido militante. Fez uma campanha fiel às demandas e mobilizações do levante juvenil e popular de junho de 2013 e honrou as melhores tradições da luta socialista. A bandeira da taxaçaõ das grandes fortunas, da auditoria da dívida pública, a reivindicaçaõ das mobilizações dos trabalhadores e jovens, a defesa dos direitos civis das mulheres, dos negros, dos LGBTs e de uma nova política de drogas demarcaram campos e mostraram claramente de que lado está o PSOL. Essa demarcação conquistada na campanha eleitoral deve nos servir de base para a construção do próximo período.

Neste artigo de balanço da fundação do PSOL, vale começar afirmando essa vitória. Sabemos que temos muito a fazer, e os maiores desafios e lutas estão à nossa frente. Mas o caminho indicado na campanha revalida um projeto que se iniciou confiando justamente na força das ideias.

---

<sup>1</sup> Roberto Robaina é historiador, mestre em Filosofia, membro da Executiva Nacional do PSOL e ex presidente da Fundação Lauro Campos.

Foi a confiança na ideia da validade da luta de classes e na tomada de partido a favor dos trabalhadores que permitiu que um punhado de militantes decidisse romper com um partido operário reformista, o PT, no momento em que esse chegou ao auge de seu poder no estado burguês.

A história dos chamados parlamentares radicais é conhecida pelos militantes. Na esteira da greve nacional dos servidores federais contra a reforma da Previdência e da luta parlamentar que foi travada ao redor da questão, desenvolvemos o projeto de ruptura com o PT e de construção do novo partido. Em dezembro de 2003 os chamados radicais foram expulsos e, no meu caso, entreguei o cargo de membro do Diretório Nacional do PT. No mesmo dia, Milton Temer, Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho deram uma entrevista ao Jornal do Brasil se desligando do PT devido às expulsões. Nas semanas seguintes, teria a honra de conquistar a adesão de Milton Temer para o projeto de novo partido. Em janeiro de 2004, estávamos juntos com algumas dezenas de lideranças lançando o primeiro manifesto por sua constituição.

O PSOL foi fundado em junho de 2004. Completa agora dez anos de sua legalidade. Menos de um ano depois do congresso de fundação, conquistamos as 500 mil assinaturas necessárias para tanto. Só quem estava coletando as subscrições sabe o trabalho que tivemos. Hoje, depois de dez anos, e vendo que a Rede, o partido impulsionado por Marina Silva, com recursos financeiros infinitamente superiores aos nossos, não obteve o registro por não ter chegado a esses mesmos números de assinaturas, nos dá um orgulho especial ter vencido essa jornada. A combinação de uma política correta, de uma estrutura militante pequena, porém organizada com disciplina, moral e vontade política, com o nome de massas de Heloísa Helena em todo o País e de Luciana Genro e Babá no Rio Grande

do Sul e no Pará, respectivamente, garantiu o êxito da tarefa. No Rio Grande do Sul foram mais de 100 mil assinaturas registradas legalmente.

As eleições de 2006 foram as primeiras do partido. Heloísa mostrou novamente ter peso de massas. Sem recursos, com um partido ainda com muito pequena inserção social e estrutura militante ainda não nacionalizada, obteve 7% dos votos. Foram 7 milhões de brasileiros que votaram no 50. Esse resultado, depois da conquista da legalidade, foi a segunda e estrondosa vitória do PSOL. O partido, entretanto, ainda não estava consolidado. Os votos eram centralmente na pessoa de Heloísa, não no projeto coletivo. Ao mesmo tempo, essa força eleitoral de uma liderança individual que assumia a sigla fortalecia o projeto e transformava o PSOL num partido com capacidade de atração.

A conjuntura que se abriu depois foi de aumento da estabilidade do regime burguês, com a economia em crescimento na esteira das importações chinesas e com o PT capitalizando a situação como se a simbiose entre petismo e capitalismo fosse o melhor dos mundos possíveis. Esse cenário dificultava a construção do PSOL, criava novos e objetivos obstáculos. Um partido de esquerda surgido da ruptura do PT precisaria confirmar sua viabilidade no terreno eleitoral. O peso das eleições na construção da esquerda dos 20 anos anteriores parecia condicionar as possibilidades de construção a esse desempenho. E a campanha seguinte, em nível municipal, apresentou maiores dificuldades para o partido.

A crise mundial que se iniciou em 2007, com a re-tumbante paralisação do crédito mundial em setembro de 2008, não afetou o Brasil imediata e diretamente e pôde ser ocultada pela propaganda enganosa da santa aliança de sustentação do regime burguês –PT e PSDB na cabeça–,

como se nada tivesse a ver com o Brasil e suas perspectivas. Em poucas cidades, o partido logrou uma votação que superasse percentuais eleitoralmente marginais. Em Porto Alegre, com o nome de Luciana Genro, chegamos a conquistar 10% dos votos. Mas esse desempenho, marcado por uma influência eleitoral em setores de massas, não foi a regra. Não obstante, o partido manteve seu processo de consolidação. E as pressões internas para que começasse a estruturar uma política que não se limitasse às disputas eleitorais começaram a ter mais eco interno. Porém, as eleições seguiram sendo a pauta mais importante para medir a consolidação e a dinâmica do partido.

Na eleição geral e presidencial seguinte, o partido obteve menos de 1% dos votos. Para alguns, era a prova de que o PSOL não iria adiante. A nova vitória do PT parecia desmentir aqueles que, alguma vez, apostavam na necessidade de uma nova direção para a classe trabalhadora brasileira. Ficou claro que a conjuntura de estabilização relativa do capitalismo ainda não tinha sido quebrada. Mas a campanha de Plínio de Arruda Sampaio semeou a ideia iniciada em 2004. No último debate da Rede Globo, ele se dirigiu à juventude, fez um chamado à sua mobilização, afirmando que ali estavam depositadas sua energia e suas esperanças. De que a ela se dirigia a mensagem do partido. Menos de três anos depois, o levante juvenil e popular de junho de 2013, contra tudo e todos que querem impedir que a juventude se autodetermine, se mobilize, se apodere, nos lembrou a mensagem de Plínio. Corretamente, na época, afirmamos e mantemos a mesma posição de um novo momento de consolidação do projeto do PSOL.

Em 2012, as eleições municipais confirmavam isso, permitindo ao partido dar um salto de qualidade na sua construção. O pleito mostrou seu potencial; o PSOL saiu

mais forte, uma consolidação que permitiu colocá-lo em um novo patamar. A candidatura de Marcelo Freixo e seu resultado eleitoral, com cerca de 30% dos votos no Rio de Janeiro, foram a expressão mais clara e categórica desse balanço. A partir de então, já não se tratava apenas de consolidar e confirmar a existência do PSOL, mas de começar a disputar a direção do movimento de massas no Brasil, de se postular como alternativa crível para finalmente começar a hegemonizar um novo ciclo de organização política da classe trabalhadora brasileira. O crescimento eleitoral do partido no Rio, além do talento dos seus parlamentares no estado, mostra que as possibilidades do PSOL aumentam onde o PT tem menos força ou onde se alia aberta e claramente com forças políticas burguesas reacionárias. No caso do Rio, a quebra do PT ocorreu em 1998, quando a direção nacional interviu para impedir a candidatura própria de Vladimir Palmeira. Mas o impulso dado localmente animou o partido em âmbito nacional.

Se nestes dez anos apontamos muitos elementos de balanço eleitoral é porque os pleitos foram o principal teste do partido. É claro que se o PSOL tivesse adotado posições gerais que negassem no dia a dia os interesses da classe trabalhadora, não teria obtido bons resultados eleitorais. Os desempenhos nas eleições refletiram posições políticas corretas assumidas ao longo destes anos. Mas agora o processo será mais complexo, os testes e desafios maiores. As pressões também, sobretudo diante do maior sucesso eleitoral do PSOL. Contra as pressões oportunistas, por exemplo, cujas expressões políticas são tentativas de alianças eleitorais sem programa anticapitalista, o estímulo às carreiras individuais, a falta de confiança na luta dos trabalhadores, afirmamos a necessidade de ligar nosso partido às greves, às ocupações urbanas e rurais,

aos protestos juvenis e populares, enfim, ao movimento vivo das massas em luta por seus interesses. E desenvolver no PSOL o apreço pela teoria, pelo estudo dos clássicos do marxismo, garantindo assim que tenhamos guias para nossas ações. Agora, muito mais do que antes, será necessário que o partido seja um operador das lutas diárias. Essa é a maior lacuna que o PSOL deve preencher.

Atuar como um operador das lutas é necessário, e temos muito melhores condições de avançar nesse terreno. É nele, aliás, isto é, na ação direta da classe trabalhadora e da juventude, que podemos ganhar mais força para derrotar as pressões reformistas que todo o partido de esquerda sofre. Felizmente, a luta de classes está mais intensa no Brasil. O cenário se alterou em junho de 2013. O regime burguês perdeu sua estabilidade. Sua fratura foi provocada pela entrada em cena do movimento de massas e a retomada do ascenso, as jornadas de junho. Esse levante abriu uma nova etapa na luta de classes no País e na construção do partido. Surgem, assim, novos desafios. Aprender com junho, com o espírito desse levante, é um desafio imenso para os próximos dez anos do PSOL. Agora a mera resposta eleitoral não será suficiente. A construção de uma vida orgânica será de vida ou morte.

Se os dez primeiros anos foram os da consolidação, agora entramos nos anos de disputa pela direção do movimento de massas, o que obviamente exige o respeito pelo movimento, o apoio a sua capacidade de autodeterminação democrática, mas também a firmeza e a consciência do dever de lutar por um programa, uma política e uma organização independente, cuja bandeira tem o sol do PSOL como símbolo. Se a legalização do partido há mais de dez anos nos custou muito esforço, os próximos passos nos exigirão muito mais. Sabemos que a classe dominante atuará para impedir esse projeto. Para tanto, atacará o



partido como puder. Limitará nossos espaços sempre que possível. Mas a necessidade de os trabalhadores terem um instrumento a serviço de suas lutas e de seus interesses será maior. Essa deve ser a nossa aposta. Nesse caminho devemos nos jogar.









# A DISPUTA DO ESPAÇO À ESQUERDA

Ivan Valente<sup>1</sup>

Estamos comemorando dez anos da existência legal do PSOL, momento oportuno para uma reflexão sobre os caminhos escolhidos ainda no início do governo Lula em 2003, as perspectivas colocadas para a construção do PSOL e os desafios da esquerda para o próximo período.

O início do governo Lula marcou uma importante ruptura entre as expectativas engendradas por anos de lutas e resistência e a política de fato desenvolvida. É certo que já havia sido publicada a famosa “Carta ao Povo Brasileiro”, que sinalizava o respeito aos contratos e uma política de não enfrentamento com os fortes interesses do mercado financeiro. Mas, na prática, a coisa se deu de forma ainda mais radical. De cara, a fatídica reforma da Previdência do setor público, que cortou direitos e atendeu aos fortes interesses do setor de Previdência privada.

É preciso ter claro que o governo Lula assumiu num momento de crise de legitimidade do discurso neoliberal no Brasil e no mundo. Depois de mais de uma década de ataques aos direitos dos trabalhadores, de redução do papel do Estado, de abertura econômica e de privatizações que resultaram em mais crises e desigualdade, havia uma grande expectativa de que outro modelo seria não só pos-

---

1 Ivan Valente é deputado federal pelo PSOL/SP.

sível como necessário. Mas, infelizmente, essa expectativa foi frustrada.

Diante de um governo que optou pela linha de menor resistência, que buscou uma governabilidade baseada em partidos fisiológicos e alianças espúrias, que desmobilizou de forma consciente e deliberada a força social de mudança, colocou-se para a esquerda combativa um sério dilema quanto aos rumos a serem tomados. Em especial, em relação ao PT.

Naquele momento três opções foram amplamente discutidas entre os setores combativos e nortearam as escolhas possíveis. A primeira seria romper com o PT e buscar a construção de uma nova alternativa partidária que assegurasse a manutenção da defesa de um projeto socialista para o Brasil. Que ocupasse o espaço à esquerda deixado pelo próprio PT. A segunda seria apostar na atuação direta nos movimentos sociais, sem necessariamente um espaço partidário, apostando na organização popular como saída possível em meio à crise de representação e um antídoto para enfrentar os riscos de institucionalização e burocratização a que os partidos estão sujeitos. A terceira seria permanecer no PT e travar por dentro daquele partido a resistência, apostando ser possível modificá-lo e recolocá-lo novamente no eixo da luta socialista, bem como na possível mudança de rumos do governo Lula, “um governo em disputa”, como definiam os partidários dessa tese.

Começamos pela terceira opção, a de permanecer no PT. Nos idos destes dez anos, a chamada esquerda petista perdeu espaço político e representação pública. Muitos foram seus parlamentares não reeleitos em função de campanhas mais competitivas e caras, que asfixiaram as campanhas militantes. O debate político ficou interdito na lógica da governabilidade e na necessidade

de defender o governo. Aprofundou-se no PT o modelo que já denunciávamos, de financiamento empresarial de campanhas, de campanhas caras e de uma relação profissional e de clientelismo entre o candidato e seus apoiadores. No governo, não houve uma inflexão política, o modelo econômico seguiu praticamente o mesmo, com pequenas nuances, no essencial beneficiando o grande capital e procurando atender as demandas da população mais carente, sem, contudo, criar enfrentamento. Na governabilidade, o modelo de alianças mostrou seu esgotamento, ao promover uma política de conciliação de interesses baseada em alianças espúrias e dar guarida a tudo o que havia de mais conservador. O resultado estamos assistindo agora, com setores da base governista sendo os expoentes da pauta conservadora.

Quanto à segunda opção, por atuação direta no movimento sem a construção do instrumento partido, queremos deixar claro que não vemos uma relação excludente entre ambas. Nossa concepção de partido sempre foi a de uma organização presente e com atuação direta nos movimentos sociais, mas que respeite sua autonomia e formas de organização específicas. O debate central é se as estruturas partidárias e a participação no processo eleitoral levariam naturalmente a um processo de institucionalização e burocratização. É óbvio que esse debate é muito mais complexo e mereceria uma reflexão mais aprofundada. Mas é importante destacar que, por outros meios, os movimentos também estão sujeitos a uma forte pressão de burocratização e institucionalização. Não são poucas as tentativas de cooptação por parte do Estado e do mercado. Não são poucos os exemplos de mandonismo, baixa participação e fraca renovação em importantes setores dos movimentos sociais. Portanto, o principal elemento para se evitar esses desvios não é a participação

ou não em processos eleitorais pura e simplesmente, mas uma forma de organização democrática, viva, com espaço para crítica e para a participação direta.

Em relação aos embates desses setores com o governo, infelizmente, o que vimos foi que uma parte considerável foi cooptada também pela lógica da governabilidade, pela ideia de que seria possível contornar os obstáculos sem grandes enfrentamentos e depois assegurar os direitos e combater a desigualdade. A ideia de que o governo precisaria passar por espécie de etapas, até assegurar uma maioria estável e daí poder promover mudanças. Outros setores mais críticos, apesar de pautarem questões importantes e de serem aliados em lutas fundamentais, não conseguiram, justamente pela ausência do instrumento partidário, canalizar essa luta e organização para um instrumento capaz de fazer a síntese e a unificação dessas demandas e lhes dar representação política.

Chegamos então à primeira opção, a de rompimento com o PT e construção de um novo instrumento. Esse processo desaguou em especial na construção do PSOL, sem ignorar outras organizações e partidos que se colocam no campo de esquerda.

### **Desafios e demandas**

Tínhamos claro que não seria uma opção fácil, que o caminho estaria cheio de obstáculos. O primeiro deles é que, diferentemente do PT que nasceu num momento de ascenso da classe trabalhadora dentro de um caldo de cultura de uma verdadeira revolução democrática que marcou a luta pelo fim da ditadura, o PSOL nasceu num marco de resistência, de fortes ataques aos direitos dos trabalhadores, no desenrolar da hegemonia neoliberal e

da reinserção conservadora que já dava os primeiros sinais e hoje está na ofensiva em nosso país. A construção nessas condições não é demérito, e sim circunstâncias. Revela ainda mais a envergadura da ação, já que construída num cenário adverso, mas que sem dúvida delimita o alcance e torna a construção mais lenta e difícil.

O segundo obstáculo é que o debate petista deixava um sério sentimento de frustração e principalmente de desconfiança na militância e nos apoiadores. A crítica é um elemento fundamental para assegurar o debate e evitar mudanças bruscas no caminho, mas a desconfiança é um elemento que solapa a organização, porque incide naquilo que é mais premente para um partido de esquerda, que é unidade na ação de seus membros.

O terceiro deles seria o peso do próprio PT nos movimentos sociais e na representação institucional. Por mais que se tratasse de um partido em crise, ninguém perde sua força de organização e de representação de uma hora para outra. Esse é um processo lento, que explica por que mesmo depois de todas as mudanças programáticas, alianças, financiamento etc., o poder de atratividade ainda permanece. Por um lado, a história não se apaga e o lastro de ações no passado ainda reverbera no presente, por outro, o fato de ser governo possibilita amplo poder de cooptação e pressão, que não é desprezível e incide em especial sobre os movimentos sociais.

Num marco de enormes dificuldades, a construção do PSOL se deu no enfrentamento tanto à política do governo, na construção de uma oposição programática, quanto à velha direita. Procurando combinar a atuação nos movimentos sociais, nas lutas de resistência com uma atuação parlamentar que espelhasse essas lutas e lhe dessem suporte.

Nesse quadro, a construção do PSOL se deu princi-

palmente como uma trincheira de resistência, como um espaço para manter a coerência entre o discurso e a prática. Isso explica a capacidade do PSOL, em especial no Parlamento, de tratar de pautas que foram abandonadas por outros partidos ou que incomodam ou se chocam com a governabilidade. O PSOL estabeleceu, assim, uma série de alianças com movimentos críticos e de resistência e ganhou respeitabilidade e simpatia desses setores, sem contudo que isso se transformasse numa adesão direta.

Isso explica também o fato de o PSOL, mesmo com poucos recursos e pouquíssimo tempo de TV nas campanhas eleitorais, ter conseguido eleger parlamentares com votações expressivas, furando o cerco de campanhas milionárias e da blindagem dos meios de comunicação. Mas, infelizmente, essa distribuição não é homogênea. Ainda temos muita dificuldade de organização e inserção na maioria dos estados e municípios. Contudo, o PSOL tem avançado na sua organização e capilaridade.

Agora numa conjuntura mais turbulenta, de ofensiva conservadora e de desgaste ainda mais intenso do petismo, o PSOL precisa estar à altura dos desafios colocados e se apresentar como uma alternativa política de fato. Insere-se num modelo de partido que dialoga com toda a experiência e acúmulo da luta socialista, mas não abre mão da crítica tanto ao processo de domesticação social-democrata quanto à burocratização da esquerda.

Para se consolidar, é preciso ser capaz de buscar um diálogo mais amplo com os setores que se colocam cada vez mais num posicionamento crítico em relação ao governo federal e buscam uma saída pela esquerda. É preciso disputar de forma consciente e organizada também a juventude, setor que saiu às ruas em 2013 e demonstrou não só a insatisfação social com o modelo econômico, mas, principalmente, uma grande disposição de luta e

uma procura por alternativas. Isso ganha mais urgência e dramaticidade quando uma direita oportunista e com fórmulas fáceis disputa essa juventude, sobretudo, os setores mais impactados pela crise, seja pela perda direta do emprego, seja pela redução do seu poder de compra, seja pela crise de perspectiva em relação ao futuro.

Não abrimos mão da necessidade de um modelo de partido que seja de massas, democrático e socialista. Para intervir num país continental como o Brasil e com suas complexidades, só uma organização que tenha capilaridade, presença nos movimentos sociais e na luta política cotidiana pode dar conta dessa tarefa.

Isso significa que o PSOL deve se voltar fundamentalmente para fora; não abrir mão da crítica e do debate interno, mas ser capaz de entender o momento de disputa que vivemos na sociedade brasileira. Temos que ter a disposição e a abertura para trazer para dentro do partido todos os lutadores sociais, todos aqueles que buscam alternativas e estão em rota de colisão tanto com o petismo quanto com os partidos que lhe dão sustentação – em especial, um setor importante que anda muito desconfiado com os partidos em geral e não sente segurança em estar filiado ou militando em um. Para cumprir essa trajetória, o PSOL não pode abrir mão de sua coerência, marca registrada do partido nestes dez anos, que nos dá força política e moral para fazer a disputa com nossos adversários. Precisamos ganhar musculatura, até para poder ser um polo de atração para setores que hoje ainda não sentem a segurança necessária para estar no PSOL.

Não podemos ter medo de crescer e de ocupar um maior espaço político. Muitas vezes, o caminho por olhar apenas para dentro do partido, circunscrevendo um espaço limitado para atuação e que atenda apenas a satisfação das convicções militantes, é tentador. Mas é preciso ter

claro, não é o tamanho ou a influência de um partido que determinam seu grau de institucionalização. Temos por aí organizações que são uma gota de influência, mas um oceano de burocratização. É preciso fazer a disputa direta na sociedade e estar aberto para novas sínteses e propostas de organização e participação. Só assim, o PSOL poderá estar à altura dos desafios que estão colocados.

É preciso também da unidade do PSOL para enfrentar os ataques da direita e de outros setores de esquerda ou que disputam segmentos progressistas. Não são poucas as tentativas de calar o PSOL; nossos dirigentes e parlamentares são caluniados, quando não ameaçados. O mais grave são as sucessivas cláusulas de barreiras e de impedimento de participação plena no processo eleitoral. Nesse sentido, precisamos da máxima prioridade e unidade de ação na luta em defesa do PSOL.

Para fazê-lo crescer, devemos estar conectados com o sentimento de mudança e a insatisfação popular cada vez mais expressa pelo nosso povo. A isso, é preciso um enfrentamento radical das ideias e ações conservadoras, mas também uma diferenciação precisa e programática com os setores oriundos da esquerda que abandonaram o programa de mudanças.

Nossa principal aposta deve ser na mobilização popular contra a agenda conservadora, num movimento de baixo para cima, baseado numa plataforma de mudanças e de enfrentamento ao ajuste fiscal e ao modelo econômico como um todo. Em relação ao conjunto de reivindicações unitárias, é preciso destacar um núcleo de questões urgentes e estratégicas e, ao mesmo tempo, capazes de galvanizar o interesse popular. Isso será feito com rigor e unidade nos instrumentos coletivos de ação.

## Considerações

Mas fazemos aqui algumas considerações vitais para o sucesso dessa política. Em primeiro lugar, recolocar no centro da política a questão macroeconômica. Quebrar o consenso neoliberal. Não aceitar que 40% da arrecadação de impostos se destine a remunerar o capital financeiro. A questão da auditoria da dívida e sua renegociação precisa ganhar as ruas e os cartazes, na contraface da exigência de direitos sociais.

Outra questão é atacar a concentração de renda, que resulta na espetacular desigualdade social do País. Para isso, deve ter prioridade uma profunda reforma tributária, progressiva, taxando em primeiro lugar a propriedade e a riqueza, e não o consumo e a renda assalariada, como hoje. Aqui é preciso destacar a simbologia da taxação das grandes fortunas, por seu apelo e denúncia de que o Brasil é um dos países campeões de concentração de renda.

Também não haverá democracia de verdade sem a quebra do monopólio dos meios de comunicação, que produz o consenso dos “de cima” e pratica o pensamento único. O movimento social precisa assumir claramente a bandeira da democratização da mídia.

Diante da péssima qualidade dos serviços públicos e do não atendimento de demandas básicas, também urge manifestar apoio ostensivo aos movimentos pelo direito constitucional à locomoção (tarifa zero) e à luta por moradia digna, não acoplada aos interesses de empreiteiras. Tampouco acreditamos em “pátria educadora” com salários indignos para o magistério e transferências brutais de recursos públicos para os grandes negócios da educação universitária. Nossa luta é pela defesa de uma escola pública, gratuita, de qualidade, universal e laica. O mesmo vale para a saúde pública. Nesse sentido, denunciamos os

gravíssimos cortes orçamentários do governo Dilma, que comprometem ainda mais as áreas sociais. O reacionarismo da proposta do agronegócio e seus aliados madeireiros e mineradoras impede a reforma agrária, aumenta a violência no campo e ataca os direitos indígenas e quilombolas. A virulência das propostas e ações da bancada ruralista também precisa ser denunciada. A reforma agrária caminha junto com a reforma urbana; a demarcação das terras indígenas, junto com a defesa do meio ambiente. A derrubada da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 2152 e a reforma agrária devem ser encampadas pelas mobilizações. Outra questão que não pode faltar é a defesa dos direitos humanos e a desmilitarização das polícias. A luta contra a redução da maioria penal, que ainda terá que ser votada no Senado, precisa aumentar seu alcance. Apesar de toda a pressão dos setores conservadores, os embates na Câmara demonstraram que é possível dialogar e aprofundar o debate com a população a respeito desse tema.

Precisamos ter um posicionamento preciso em relação às denúncias de corrupção e à crise política que se estabeleceu no País. Numa conjuntura dinâmica e marcada por fortes tensões, nossa posição de investigar a todos, que tem balizado nossa atuação na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras precisa ser fortalecida. Não aceitaremos golpes à democracia, contudo, também não aceitaremos nenhum tipo de acobertamento a quem quer que seja. É preciso que todos sejam apurados e devidamente punidos, com a responsabilização de corruptos e corruptores. Por fim, é preciso a mais ampla campanha para fazer frente à chamada contrarreforma política, principalmente em

---

2 A PEC 215/2000 altera as regras para a demarcação de terras indígenas, de remanescentes de comunidades quilombolas e de reservas.

relação ao financiamento empresarial e às medidas que distorcem ainda mais o processo eleitoral e impedem a participação plena de todos os partidos políticos. Precisamos deixar claro que essas medidas ferem a democracia, atacam o princípio de equidade nas disputas eleitorais e só servem para aqueles que querem manter tudo como está.

Uma plataforma incidente, que consiga dar corpo a movimentos políticos transformadores e à urgência da mobilização social, é que deve dar sentido à construção da unidade das forças populares. Só assim será possível canalizar o descontentamento e a indignação com a injustiça e a desigualdade social e a desilusão com a política, impedindo um retrocesso ainda maior. O espaço à esquerda está colocado. É preciso ter capacidade para ocupá-lo.







# DEZ ANOS ADIANTE

**Gilberto Maringoni<sup>1</sup>**

Um grave problema tático-teórico ronda a esquerda brasileira, no período que coincide com a primeira década de existência do PSOL e a derrocada e desmoralização da trajetória do PT. O nó atende pelo nome de Estado, ente em torno do qual todas – mas absolutamente todas – as disputas políticas se deram ao longo da história do Brasil independente. Ao redor de seu controle se digladiaram liberais e desenvolvimentistas, direita e esquerda, e um variado leque de nuances do arco-íris político brasileiro.

Grosso modo, pode-se dizer que o Império caiu, em 1889, por não atender às demandas das várias facções das oligarquias regionais surgidas através da integração mais estreita do País com a economia mundial. A rígida estrutura institucional do Estado imperial tornou-se disfuncional para o desenvolvimento. Na República oligárquica (1899-1930), a todo momento, o choque distributivo tocava as estruturas estatais, em especial na socialização dos prejuízos e privatização dos lucros da economia cafeeira. O mesmo se deu na Revolução de 1930, na queda do Estado Novo em 1945, no golpe de 1964, na derrocada da ditadura, 21 anos depois, e nos anos 1990, a década neoliberal. O Estado não apenas é o objeto de desejo em

---

<sup>1</sup> Diretor da Fundação Lauro Campos e professor de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC. Foi candidato a governador de São Paulo pelo PSOL em 2014.

todo o embate de classes, como é também o espaço no qual a luta política acontece.

Disputar o Estado significa disputar o centro do poder político e as regras dessa disputa. É vital para qualquer projeto transformador a alteração da composição de classes do Estado. Não se muda o mundo sem tomar o poder. Entenda-se aí o poder como o poder de Estado. A frase acima está longe de ser consenso entre a esquerda.

Pois se é verdade que, ao longo do último século e meio, houve um grande esforço das principais forças progressistas – os comunistas e os social-democratas – em traçar suas estratégias tendo como ponto de apoio a conquista do Estado, é verdade também que há facções que repelem fortemente tal visão.

O Estado passou a ser, na ótica de determinados movimentos e entidades sociais, alguém a quem se reivindica algo e não um teatro a ser conquistado e transformado. Ou ainda, um ente potencialmente negativo para a estruturação da sociedade em novas bases.

Assim, desenvolveu-se no interior das forças progressistas um tipo de aversão a se exercer plenamente a fatia de poder alcançável através de processos eleitorais. O maior exemplo disso é o PT, que sob uma espécie de republicanismo ingênuo, ou de rendição à determinada correlação de forças, viu no Estado apenas um aparelho para realizar políticas tópicas dentro dos marcos institucionais de uma ordem anterior. Isso apesar de ter esboçado formulações sobre a importância do domínio do aparelho estatal.

### **Poder é disputa**

É preciso que se diga alto e em bom som: o propósito último da disputa política é a conquista do poder.

Entenda-se poder como a direção de um sindicato, de um centro acadêmico, de uma prefeitura ou de um governo nacional. Mesmo sabendo-se que a chegada ao poder Executivo de um país corresponde a apenas uma parte do poder estatal e está longe de envolver a conquista do poder na sociedade. Esse não está apenas no Estado, mas em diversos aparelhos privados, como o sistema financeiro, a grande indústria e a mídia corporativa.

Não há atalhos nessa luta política. Ela é desenvolvida por partidos. Ou seja, por organismos capazes de apresentar à sociedade sínteses de demandas de um amplo leque de setores sociais e que as articulem com mudanças institucionais a serem realizadas. Não se inventou nada melhor do que partidos para realizar a disputa política.

Embora movimentos sociais organizem reivindicações parciais – por salários, moradia, terra, direitos etc. –, a organização que busca juntar e sintetizar tudo isso tem qualidade radicalmente distinta e chama-se partido. Seu nome fantasia pode ser clube, loja, pato, laranja, movimento e outros. O que interessa são suas funções e tarefas.

Não é à toa que a retórica antipartido – ou antipolítica – seja também uma peroração antiestado. Ou seja, liberal.

### **O partido que chega**

O PSOL foi oficialmente fundado entre os dias 5 e 6 de junho de 2004, durante seu I Encontro Nacional. Em 15 de setembro daquele ano, conseguiu seu registro na Justiça Eleitoral. Um ano depois, recebeu um contingente de cerca de 2 mil militantes petistas de vários estados.

A legenda surge como dissidência parlamentar à esquerda do Partido dos Trabalhadores. Isso coincidiu com

um duro ajuste fiscal patrocinado pelo primeiro governo Lula e no fim do ciclo descendente das mobilizações sociais, motivadas pelo áspero tratamento dados às reivindicações populares pelos governos de Fernando Henrique Cardoso.

Por mais que seus fundadores, dirigentes e militantes afirmem – e o autor dessas linhas se inclui nisso – que buscamos uma alternativa ao PT, o certo é que logramos constituir a agremiação em um período histórico de dispersão das forças de esquerda. Isso se deu mesmo levando-se em conta que a América do Sul vive um ciclo de governos de centroesquerda desde 1998.

O PSOL surge e se consolida ainda no ambiente político-cultural dominado – no âmbito da esquerda – pelo petismo real. Isso implica dizer que a nova legenda – apesar de esboçar um leque de medidas programáticas radicais – não apresenta ainda uma estrutura organizativa e um ideário político muito diverso daquele que foi, por duas décadas, o principal partido da esquerda continental.

Por isso, qualquer análise séria sobre a trajetória e o futuro do PSOL precisa levar em conta a experiência da esquerda brasileira no ciclo que se inicia nos anos finais da ditadura.

### **O partido que era**

O PT surgiu e se consolidou como expressão política da forte onda de mobilizações sociais vividas pelo País entre a segunda metade dos anos 1970 e meados da década seguinte. Os protestos estudantis, as lutas contra a carestia e as greves operárias do ABC tiveram importância decisiva em sua gênese. Além de sindicalistas e estudantes, somaram-se à empreitada militantes católicos e ativistas

de esquerda oriundos da luta armada.

Os movimentos grevistas dos anos 1970-80 tinham como motes principais a Lei de Greve da ditadura (Lei 4.330, de junho de 1964), a estrutura sindical herdada do primeiro governo Vargas (1930-1945) e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), denunciada como plágio da Carta del Lavoro, da Itália fascista.

Podemos listar pelo menos três características dominantes do caldo de cultura dos anos iniciais do PT:

- A. Oposição à ditadura (1964-1985);
- B. Crítica ao PCB e aos regimes de socialismo real;
- C. Defensiva político-ideológica da esquerda em todo o mundo diante da queda do leste europeu e da imposição do neoliberalismo como vertente dominante do capitalismo global.

Ao longo dos anos 1990, o PT chega à prefeitura de várias capitais importantes e aos governos do Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Acre. A tarefa de administrar municípios e regiões complexas deu à legenda a dimensão de que ser governo esbarrava em sérias limitações político-institucionais e orçamentárias. Logo, o partido adotou a prática de buscar inverter prioridades de investimento, sem sair dos trilhos da legalidade vigente.

Assim, práticas como o orçamento participativo – adotada logo após a Constituição de 1988, que deu aos municípios maior receita – e a criação de conselhos democráticos nas áreas de educação e saúde compuseram um rol de inovações nas gestões petistas de então.

Mas, a partir de 1996, quando a institucionalidade neoliberal começa a se afirmar, através das leis de reforma

do Estado e em que as privatizações tornam-se a pedra de toque do que seria uma boa governança, o chamado “modo petista de governar” vai paulatinamente perdendo seu viço.

### **A nova ordem**

Talvez não pudesse mesmo ser diferente. O partido manteve sólidas raízes populares, cresceu e chegou ao poder em tempos de recuos nas lutas dos trabalhadores em todo o mundo. Expressão disso foram a queda dos regimes do leste europeu, as derrotas eleitorais e as adaptações ao *status quo* por parte dos social-democratas em vários países. Ao mesmo tempo, o neoliberalismo avançava e a reestruturação produtiva impunha uma acelerada fragmentação ao mundo do trabalho.

Assim, o partido foi gradativamente, desde o início dos anos 1990, diluindo suas teses ditas socializantes e buscando, em sua visão, ampliar sua legitimidade rumo ao centro. Some-se a isso a adoção de práticas dos partidos de direita, como o financiamento privado de campanha.

Em torno da virada do século, quando uma crise econômica ficou evidente, tornou-se relativamente fácil ganhar maiores fatias de um eleitorado cativado anteriormente pelo Plano Real e seduzido pelas medidas ortodoxas, como privatizações e redução do tamanho do Estado.

Em seu ecletismo teórico, o PT absorveu duas concepções que ganharam força em seu interior, a liberal e a desenvolvimentista, sem se definir claramente por nenhuma. Assim, se na atuação parlamentar a legenda se opunha fortemente às privatizações, as administrações petistas – como as de Ribeirão Preto e Londrina, entre 1992 e 1996 – venderam empresas de telefonia locais e

estabeleceram um sem-número de parcerias com a iniciativa privada. Tais ações nunca figuraram em resoluções de encontros e congressos partidários.

Com essa ambiguidade, a legenda foi se amoldando na prática ao chamado “poder local”, no qual um conjunto de forças heterogêneas moldava-o à política cotidiana, para o bem e para o mal, com seus vícios e espírito de rotina burocrática.

### **O que fazer?**

No plano teórico – ou seja, em suas resoluções congressuais – o partido nunca disse claramente o que faria com o Estado brasileiro. O exame dos documentos de sua primeira década e meia de vida não indica muita coisa<sup>2</sup>. Na verdade, os textos oficiais apontam reivindicações de cunho economicista ou sindical com vagas proclamas ao socialismo.

Quando tocam no Estado, as resoluções dos primeiros anos não indicam que o partido se tornaria uma alternativa nacional de governo. Antes, desfiavam um rosário de reivindicações a uma entidade superior. Como já dito, o Estado seria algo a receber demandas de baixo, e não algo a ser conquistado e transformado.

O grande debate e a grande disputa em torno das atribuições do Estado brasileiro ocorridos com o fim da ditadura civil-militar, a partir de 1985, tiveram como sujeitos privilegiados os partidos políticos. Entre esses, destacaram-se o PMDB, o PSDB e o PT.

---

2 Todas as resoluções de encontros e congressos do PT encontram-se disponíveis na página da Fundação Perseu Abramo: <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/encontros-nacionais-do-pt-resolucoes>

Duas linhas polarizaram esse enfrentamento.

A primeira foi uma diretriz de cunho nacional desenvolvimentista, que atualizou uma tradição histórica na sociedade brasileira. Suas ideias-força principais eram fortalecimento do Estado e da empresa privada nacional, ampliação dos direitos sociais e retomada do crescimento econômico. Suas raízes podem ser encontradas no primeiro e no segundo governo Vargas, nos escritos de Roberto Simonsen (1889-1948), nas postulações iniciais da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) (anos 1950) e em vários projetos emanados do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), entre 1956 e 1964.

A esquerda brasileira não ficou apartada do debate sobre o Estado. O PCB, a partir da Declaração de Março (1958), adotou uma aliança com o que entendia ser a “burguesia nacional” e tornou-se também caudatário de tal orientação. Mesmo sob a ditadura, essa baliza teve preponderância. O objetivo central sempre foi dotar o País de uma cadeia produtiva completa, compreendendo bens de consumo leves e duráveis e uma indústria de bens de produção moderna.

A segunda linha é a liberal, também bastante tradicional na sociedade brasileira. Suas teorizações surgiram e foram difundidas no Brasil à época da chegada da Coroa portuguesa, em 1808.

O maior propagador das ideias liberais no Brasil do século XX foi Eugênio Gudin (1886-1986). Engenheiro, economista, jornalista, pioneiro dos cursos de economia em nosso país e direitista extremado, Gudin era contra qualquer ideia de intervenção estatal na economia. Para ele, o Estado não deveria incentivar empresas tidas como ineficientes. O lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho seria a de fornecedor de produtos agrícolas e importador de manufaturados, di-

zia, ao defender as “vantagens comparativas” do País.

Ao longo dos anos 1990, o PT passou a incorporar ao seu programa uma série de tópicos que o aproximavam gradativamente das ideias defendidas pelos desenvolvimentistas do PMDB, nos anos 1980. Itens como criação de um mercado interno de massas, elevação do salário mínimo, eliminação da miséria, atuação dos bancos públicos para financiar grandes grupos nacionais e investimentos estatais em infraestrutura se consolidaram como centro do ideário petista. Ao mesmo tempo, o partido passou a demonstrar, primeiro de forma sutil e mais tarde (2002) de maneira aberta, que não tocaria em nenhum interesse objetivo do grande capital nem quebraria contratos firmados por governos anteriores.

O PT conseguiu, com grande habilidade política, criar um espaço institucional que combinava a manutenção da ordem neoliberal com concessões pontuais às camadas populares, com a “Carta ao Povo Brasileiro” (2002). Isso deu à legenda condições de chegar à Presidência da República.

A “Carta ao Povo Brasileiro” encerra uma fase da vida do Partido dos Trabalhadores, não apenas por seu conteúdo, mas por abrir outra etapa, a do partido no governo. “A trajetória do PT foi constantemente de aumento de influência eleitoral e moderação ideológica desde os anos 1990. (...) A Carta foi apenas espuma no mar”, lembra o historiador Lincoln Secco<sup>3</sup>.

Terminava em 2002 a fase de construção e adaptação do PT à vida institucional brasileira, com a ampliação da conquista de prefeituras, governos de Estado e de mandatos de vereadores, deputados estaduais, senado-

---

3 SECCO, Lincoln. História do PT. Ateliê Editorial: São Paulo, 2011, pág.181

res e da inserção da agremiação em esferas muito além das lutas políticas e sociais, *locus* privilegiado dos anos iniciais do PT. O partido, criado a partir de lutas de trabalhadores, estudantes, ativistas pela terra, por moradia, por água, por direitos, por justiça e por demandas gerais e particulares entrara também no imaginário nacional. Suas mudanças programáticas se deram em conjunturas turbulentas e de perdas de referenciais para a esquerda, após a queda do muro de Berlim, com todas as decorrências práticas e teóricas que o evento acarretou. Mas aconteceram também a partir das concepções da direção partidária da necessidade de adequarem-se ao jogo político institucional tal qual é. Em resumo, o PT não mudou o Estado. Foi mudado por ele.

### **O PSOL na próxima década**

O PSOL entra em sua segunda década de vida com um leque de desafios. Tem de se afirmar como uma alternativa à esquerda do PT, sem negar a história. A sociedade brasileira está mais conservadora e mais impermeável a uma pregação mudancista.

Em uma situação desse tipo, o PSOL deve consolidar suas linhas de intervenção e não diluí-las, como fez o PT.

Abre-se uma etapa de consolidação de formulações programáticas, caso o partido queira se afirmar como real alternativa de poder e não como uma federação de correntes. Para crescer, terá de realizar uma eficiente disputa pela hegemonia, dialogar mais amplamente com setores da sociedade que não estão em seu raio de ação e definir uma visão plural e clara sobre a sociedade brasileira. E, em especial, formular que tipo de Estado se torna necessário para atender às demandas da maioria de nosso povo.

Os principais temas de debate no interior do partido, a nosso ver, devem ser:

- A. Definir amplamente sua tática e seu objetivo estratégico na sociedade;
- B. Combater a hegemonia conservadora na sociedade brasileira;
- C. Formular um projeto de Estado público, democrático e com capacidades de planejamento e intervenção na realidade;
- D. Estabelecer as bases de um desenvolvimento de esquerda;
- E. Enraizar-se firmemente como uma agremiação de massas;
- F. Romper com o esquerdismo paralisante e evitar ser capturado pelo status quo;
- G. Unificar sua intervenção no movimento sindical;
- H. Traçar premissas mínimas para sua área de relações internacionais.

São tarefas duras, mas essenciais. Se as cumprirmos, poderemos continuar, de forma positiva, uma história que, do ponto de vista da esquerda, ficou pelo caminho.







# UM PARTIDO PARA UM NOVO CICLO DA ESQUERDA NO BRASIL

**Luiz Araújo<sup>1</sup>**

O aniversário de dez anos de fundação do PSOL coincide com o final do ciclo petista. De certa forma, é o desfecho de um processo que originou o próprio partido e desencadeou uma crise na esquerda brasileira ainda sem clara solução à vista.

Sou da geração que entrou no partido no mês de sua legalização, ou seja, não sou o que no início se denominava fundacional. Em 2005, numa decisão corajosa e histórica, a corrente da qual faço parte – Ação Popular Socialista (APS) – decidi sair do Partido dos Trabalhadores. Havia um consenso em suas fileiras de que o PT havia se esgotado enquanto projeto transformador e, portanto, manter-se no seu interior não contribuiria para um projeto revolucionário em nosso país.

Essa decisão foi corajosa porque a APS era herdeira dos grupos políticos que decidiram se incorporar organicamente ao PT, deixando de ser pequenos núcleos revolucionários, e apostar na construção de um partido socialista de massas.

---

1 Presidente nacional do PSOL, Luiz Araújo é professor da Universidade de Brasília (UnB).

Se a decisão de sair foi difícil, a de para onde ir foi ainda mais desafiadora. Em primeiro lugar, porque o diagnóstico de falência do projeto petista como partido dirigente da transformação social brasileira não significava perda imediata de peso social e de influência do petismo no movimento social. Em segundo, nossa saída não significava uma abdicação da ideia de que para a transformação social em nosso país se fazia necessário um partido, mas que não fosse composto apenas de um pequeno e vanguardista grupo de revolucionários, e sim fosse de massas, amplo na incorporação de lutadores sociais em suas fileiras, democrático e aberto em seu funcionamento e que reivindicasse uma transformação anticapitalista. Por isso, nossa escolha futura deveria estar antenada com esses pressupostos, que continuavam presentes em nossas formulações.

Com o balizamento dado acima, nosso caminho não poderia ser o PSTU (pela estreiteza e dogmatismo) e também não poderia ser para nenhum dos partidos da antiga frente popular que gravitavam em torno do petismo. Restou uma alternativa recente e em construção: o Partido Socialismo e Liberdade. A entrada no PSOL de praticamente toda a militância da APS e de um conjunto de parlamentares e lutadores sociais no segundo semestre de 2005 contribuiria de forma qualitativa para alterar a sua história.

Avaliar os dez anos e contextualizar o momento presente do PSOL deve estar referenciado nessa estratégia de construção de um partido que ajude as classes trabalhadoras a transformarem de maneira radical o modo de produzir hegemônico, obra somente possível com a concorrência de milhões de brasileiros.

## Cenário previsto

Após doze anos de governo petista, é forçoso reconhecer que algumas previsões otimistas sobre os desdobramentos da falência do PT não se confirmaram. Em primeiro lugar, era corrente a avaliação de que uma contínua execução de políticas neoliberais, mesmo mitigada com políticas compensatórias, levaria a um descolamento de segmentos sociais da esfera de influência petista, fato que reforçaria uma reaglutinação da esquerda revolucionária. Isso, pelo menos na escala esperada, não aconteceu. Após 2005 não houve saídas significativas do PT para o PSOL ou para outros espaços de esquerda. A maior prova desse fato é que o PSOL é majoritariamente composto de pessoas que não vieram de militância anterior no PT ou em partidos da antiga frente popular. São novos lutadores, muitos com vivência política já sob a égide do governo petista.

Em segundo lugar, também era esperada uma retomada significativa das lutas sociais, fenômeno que provocaria um questionamento da postura cordata e conivente das direções vinculadas ao projeto petista. Tal radicalização levaria ao fortalecimento de novas feramentas e possivelmente a uma superação da fragmentação do movimento sindical e popular. Esse processo também não ocorreu na forma esperada. Realmente tivemos muitas lutas nos 12 anos de petismo no governo, greves, ocupações e lutas estudantis. Mas não houve uma mudança na correlação de forças no sindicalismo, pelo menos para o campo da esquerda. Hoje a CUT é mais fraca do que era, mas cresceu o sindicalismo de resultados e pulverizou-se o número de pequenos sindicatos e centrais. A esquerda revolucionária se encontra ainda fragmentada em vários pequenos instrumentos

de luta, e as tentativas de unificação empacaram.

Nestes dez anos, tivemos as jornadas de junho de 2013, manifestações massivas, as quais despertaram generosas esperanças nos revolucionários e ensejaram apressadas avaliações sobre uma sólida retomada das lutas. Na verdade, essas manifestações espelharam a sociedade em que estiveram inseridas, marcadas por fortes contradições. Por um lado, representaram uma manifestação massiva de insatisfação com a política (como ela é vista pela maioria da população) e com o governo (especialmente o federal), mostrando o esgotamento dos efeitos do petismo, cuja política é baseada na manutenção dos ditames do capital financeiro e na concessão de migalhas por meio de medidas compensatórias. Mostraram também um esgotamento do processo de participação baseada apenas no voto de dois em dois anos e na precariedade dos serviços públicos oferecidos pelos diferentes governos.

Por outro lado, é forçoso reconhecer que as manifestações expressaram também a baixa capacidade de direção da esquerda revolucionária e foram fortemente marcadas por uma rejeição a todos os partidos (inclusive com hostilização dos de esquerda), por uma presença de diluídas bandeiras e uma negação de dotar o movimento de maior organicidade. A polarização eleitoral de 2014 mostrou que a direita conservadora conseguiu galvanizar parte do sentimento de insatisfação de maneira competente, impedindo o crescimento de uma alternativa de massas à esquerda.

É verdade que nestes dez anos tivemos o surgimento de novas formas de manifestação da insatisfação e de militância social, em contradição com o petismo no governo. Em alguns casos reeditando experiências anteriores (como o MTST e a Intersindical) e em outros aproveitando as novas ferramentas de interação social, como as mobili-

zações convocadas pelas redes sociais. Surge uma nova geração de lutadores, muitos dos quais distantes dos referenciais que embalaram as gerações precedentes. O protagonismo sindical perdeu importância nos acontecimentos políticos recentes, o que em si é uma enorme contradição para um projeto que busca representar as classes trabalhadoras brasileiras.

A entrada de setores com maior densidade política e inserção social no PSOL criava a possibilidade de que nosso partido não caminhasse para a estreiteza política e disputasse a influência das massas, apresentando programas eleitorais de mudança concretos, e galvanizasse o esgotamento dos benefícios concedidos pelas políticas compensatórias. Em termos nacionais, afora o resultado surpreendente da candidatura de Heloísa Helena em 2006, os demais resultados do PSOL ficaram aquém dessa previsão. É verdade que conseguimos descolar o partido do estereótipo de seita, muito em parte graças à eleição de bancadas parlamentares federais, estaduais e municipais, com mandatos socialistas e profundamente vinculados aos interesses dos trabalhadores e demais excluídos.

Se em termos nacionais os resultados ainda se encontram num estágio de reconstrução lenta de um ideário socialista, o PSOL conseguiu aumentar sua inserção social (mesmo que mais pela via eleitoral) em algumas cidades importantes. Os resultados alcançados nos últimos pleitos na cidade do Rio (e em algumas do entorno), a eleição de nossa primeira capital (Macapá) e a ida ao segundo turno em Belém são fruto de acúmulos anteriores, mas também de novos, ou seja, do reconhecimento do trabalho de lideranças que sobreviveram ao tsunami petista ou surgiram fazendo o contraponto a este.

O petismo foi mais para a direita, distanciando-se cada vez mais do programa político de 1989. A base social

de apoio ao PT foi mudando, tendo enorme peso nas eleições os mais excluídos (beneficiados pelas políticas compensatórias), alterando o perfil de sua base parlamentar. Porém, essa guinada conservadora não foi suficiente para tirar as principais entidades do movimento social da órbita do petismo. Mesmo que tenham se ampliado nos últimos anos posturas críticas em parte dessas entidades, não aconteceram mudanças significativas em suas direções ou mesmo a assunção de posturas mais independentes.

### **Qual o saldo do PSOL?**

Não somos da tradição de que todo problema e toda solução aos dilemas da esquerda se resumem à “crise da direção revolucionária”. Contudo, nosso esforço nestes dez anos foi de tornar o PSOL um partido digno do nome, e não uma federação de pequenos grupos. Para isso, investimos em ter musculatura interna, visibilidade externa e construir uma direção estável.

O balanço é positivo, mas dentro de alguns limites impostos pela não realização das premissas citadas na parte anterior deste documento.

De uma entrada marcada por forte resistência interna (em 2005) até a vitória da chapa Unidade Socialista, no IV Congresso Nacional, muita água passou por baixo da ponte. Hoje a face mais visível do partido para o conjunto do povo brasileiro (sua bancada parlamentar) é alinhada (pelo menos no sentido amplo) com uma visão de partido de massas, democrático e capaz de agregar antigos e novos militantes de esquerda.

O PSOL se tornou uma referência de coerência, firmando-se como principal partido de oposição à esquerda do PT, coerente nas suas práticas, distante dos vícios e es-

quemarcam os partidos tradicionais (inclusive os de esquerda), distinto (pelo menos majoritariamente) do sectarismo e propagandismo do PSTU e do PCB. Porém, aos olhos de milhões de brasileiros, ainda é visto como um partido pequeno e com pouca inserção social. E isso é verdadeiro. Vejamos:

1. A inserção política do partido nos movimentos sociais cresceu muito lentamente. E a atuação política, via de regra, não se dá em nome do partido, sendo capitaneada por diversas formas de expressão de suas correntes internas. Continuamos sem dirigir entidades nacionais. A situação do movimento sindical é a melhor expressão dessa dispersão de energia. Apesar disso, e de maneira contraditória, onde existe movimento de contestação tem presença de algum militante do partido, seja participando ou apoiando. O governismo dos demais partidos que se reivindicam de esquerda auxilia cada vez mais um olhar de quem luta por direitos de quem pode contar com o apoio do PSOL, expresso por nossos parlamentares e militantes.

2. A votação do partido vem crescendo, mesmo que em ritmo aquém de nossas necessidades políticas. Somente na última eleição, conseguimos dar um salto em nossa bancada federal (de três para cinco deputados). Aumentamos a nossa presença nas capitais, o que viabilizou a ampliação de nossa bancada de deputados estaduais e, certamente, elevará nossa inserção nos legislativos municipais das capitais e cidades médias.

3. Tendo realizado quatro congressos nacionais, o partido ganhou mais organicidade, e hoje possui instâncias decisórias eleitas e reconhecidas pela militância. Em dez anos, superou alguns aspectos de sua característica

inicial, mas está ainda muito longe de funcionar enquanto um partido. As decisões cotidianas, especialmente de intervenção nos movimentos sociais, ainda passam pela estrutura dos agrupamentos internos e mesmo existindo, muitas instâncias possuem funcionamento irregular. A despeito dessa fragilidade, seja pela sua direção nacional, seja pelo posicionamento de sua bancada federal, o PSOL tem conseguido se apresentar programaticamente nas grandes questões políticas nacionais.

4. A formulação política partidária é ainda frágil. Parte de sua produção para a conjuntura é feita pelos mandatos parlamentares, pelas candidaturas majoritárias (provocadas pela necessidade eleitoral) e um pouco pelas setoriais. Não houve debate digno de registro sobre rumos estratégicos, visão de socialismo ou projeto de partido para o País.

### **A questão partidária continua atual**

Uma das perguntas mais frequentes no seio da militância de esquerda brasileira é a seguinte: se continuamos acreditando que para o projeto de transformação do Brasil é necessário um partido de massas, socialista e profundamente enraizado no meio do povo, será que com suas deficiências atuais o PSOL tem potencial para se tornar esse instrumento?

É necessário refazer a pergunta para realizarmos uma reflexão que enumere algumas possíveis respostas. A primeira a ser respondida é que condições objetivas e subjetivas devem ser construídas (ou estar presentes) para que se constitua um partido de massas com as características requeridas por nossas formulações.

O PSOL não é (e não pode ser) uma repetição da experiência petista. São momentos históricos distintos para o surgimento de cada um, seja a conjuntura estritamente política, seja o estágio da luta das classes trabalhadoras (um surge do desgaste da ditadura e da efervescência social das lutas diante da crise dos anos 1980 e o outro, da falência de um projeto de esquerda, da chegada ao governo de Lula e das transformações ocorridas nos movimentos sociais no decorrer dessa trajetória).

Faço parte de um agrupamento que é herdeiro de um processo de dissolução de organizações políticas de esquerda que haviam sobrevivido aos mais duros anos da ditadura e decidiram se tornar tendências internas ao PT. O PSOL surgiu como resposta possível ao progressivo incômodo que vários grupos viviam dentro do PT, seja a primeira leva (fundacionais), seja a segunda (da qual fazemos parte). Os agrupamentos não se dissolveram no PSOL, pelo contrário, continuam existindo e dialogam com a militância do movimento social com instrumentos próprios. É verdade que alguns grupos psolistas atuais já o faziam quando estavam no PT, agindo como pequenos partidos dentro de um grande, mas para um partido em formação, tal atitude é nociva e dificulta a constituição de um espírito de corpo.

Ao contrário da década de 1980/1990, em que as ideias socialistas empolgavam as novas gerações, hoje o terreno é mais árduo. Uma grande parte da militância continua na luta, mas não se forma sob referenciais teóricos marxistas, sendo socialistas genéricos, por assim dizer, sem leitura profunda da realidade. Temos uma militância que luta por reformas sociais, mas não sabe ao certo o porto de destino.

As condições objetivas para a constituição de um novo partido de massas ainda não estão todas dadas, seja

pela conjuntura que vivemos, seja pelas fragilidades intrínsecas ao próprio PSOL.

Porém, o saldo positivo mostra que o partido tem enorme potencial para desenvolver tarefas essenciais para que a transformação social seja colocada na ordem do dia em nosso país. Ou seja, é nesse espaço partidário em que devem estar militando aqueles que reivindicam o socialismo como horizonte político.

E, no momento em que vivenciamos o fim do chamado ciclo petista, é o partido com melhores condições para ser o porto seguro a centenas de militantes dos movimentos sociais, que hoje se encontram órfãos de alternativa política que embale os seus sonhos de mudança.

Conseguiremos cumprir essa tarefa? Criar as condições políticas para isso deve ser a principal dedicação de todos os dirigentes e militantes do PSOL no momento. O resultado desse esforço é assunto para uma próxima edição deste livro, a dos 20 anos de fundação.









# EPÍLOGO

## SOCIALISMO E LIBERDADE

**Lincoln Secco<sup>1</sup>**

Já é mais de um decênio! Quem imaginava a impossibilidade de que outro partido de esquerda pudesse se manter à sombra da experiência histórica do Partido dos Trabalhadores (PT) errou. Afinal, o Partido Socialismo e Liberdade atravessou a tempestade.

Sua primeira dificuldade residia no fato de ter nascido como dupla dissidência parlamentar do PT. A primeira, em 2003, de parlamentares mais radicais que não concordavam com a reforma da Previdência e votaram pela manutenção dos direitos dos trabalhadores. A segunda, por outros expoentes da esquerda do PT que o abandonaram no auge da crise moral e política de 2005. Nesse caso, houve o deslocamento de tendências inteiras ou parte delas para o novo partido. O maior dos desafios, entretanto, continuou sendo a superação de uma história “forte” como foi a do PT.

---

<sup>1</sup> Lincoln Secco é professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP).

## Experiência histórica

Quando a social-democracia experimentou o poder pela primeira vez no pós-Segunda Guerra em alguns países europeus como França e Espanha, todos sabem o que aconteceu: ela fez um giro conservador e aplicou boa parte do receituário neoliberal que despontava em países como Chile e Inglaterra.

O problema daqueles partidos não era implementar políticas sociais que, de resto, estavam estruturadas, ainda que sob ameaça constante. A questão era um programa econômico alternativo. A esquerda parecia ter voltado aos anos 1920, em que ninguém questionava a ortodoxia liberal fora da União Soviética.

Nos anos 1980 a revolução keynesiana é que parecia ter chegado ao fim. No Brasil, especialmente nos estertores da ditadura civil-militar, iniciava-se uma dupla crítica ao poder discricionário e ao papel “excessivo” do Estado na economia. Obviamente que os militantes dos anos 1980, inseridos na maior onda de protestos sociais e greves de nossa história, só perceberam a segunda crítica depois da vitória de Collor em 1989.

O PT, crítico do Estado e da legislação trabalhista por motivos opostos aos dos empresários, não conseguiu criar um programa econômico alternativo. Suas propostas anti-inflacionárias, como a das Câmaras Setoriais entre empresários, sindicatos e governo, mimetizavam o pacto social tentado durante o governo Sarney, particularmente após o fracasso do Plano Cruzado. Embora a palavra “pacto” estivesse amaldiçoada no PT.

Os anos 1990 foram, assim, sombrios. Antes de tudo, porque os governos que substituíram os ditadores latino-americanos foram derrotados pela hiperinflação e por seus compromissos com a velha ordem, embora

incorporassem forças democráticas, como na Argentina com a União Cívica Radical (UCR), no Brasil com o antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e no Peru com a Aliança Popular Revolucionária Americana (Apra) no primeiro governo de Alan Garcia entre 1985 e 1990.

A transição fracassada abriu espaço para governos que se caracterizaram pela valorização do câmbio (ou às vezes pela dolarização), privatizações, abertura comercial e repressão das greves. Alguns tentaram prolongar-se com mudanças constitucionais para aprovar suas reeleições, como Carlos Menem, Fernando Henrique Cardoso e Alberto Fujimori, em diferentes contextos. Tais governos foram politicamente derrotados. Fernando Collor e o venezuelano Carlos Andrés Pérez sofreram *impeachment* em 1992 e 1993 respectivamente. Os demais foram vencidos em pleitos ou não conseguiram eleger sucessores de seus partidos.

No Brasil, a chegada do PT à Presidência da República parecia sancionar a história de um partido socialista de novo tipo. Algo único no continente americano. Outras forças de esquerda latino-americanas não tinham um partido estruturado e socialmente enraizado como o PT.

O neoliberalismo foi derrotado nas urnas, mas de diferentes formas se manteve na política econômica. Há extenso debate entre economistas sobre o quanto Lula rompeu com a política anterior, especialmente no seu segundo mandato. O que importa, porém, é que fosse por razões econômicas ou por busca de um ambiente favorável nas classes dominantes, ele montou uma base de coalizão conservadora e corrompida (como, aliás, sempre se fez no Brasil) com o objetivo de aprovar reformas liberais como a da Previdência, aquela que levou à criação do PSOL.

## A crise

Paralelamente, na Europa já havia uma busca de novas formas partidárias. Ocorre que ela não se fortaleceu logo depois do fracasso de governos social-democratas dos anos 1980 e 1990. Depois que Espanha e França rasgaram seus programas social-democratas clássicos, Alemanha e Inglaterra protagonizaram nos anos 1990 a “terceira via”, com Schröder e Blair respectivamente.

Estávamos diante de uma situação em que o velho morria, mas o novo ainda não podia surgir, como diria Gramsci. A antiga esquerda se deslocara ao centro e não havia outra esquerda. Os novos partidos ainda eram pequenos demais para isso, como o Die Linke na Alemanha. Na França a esquerda radical se dividia entre grupos trotskistas e um declinante partido comunista. Em Portugal, onde o Partido Socialista já era uma opção da direita moderada desde a Revolução dos Cravos, a situação era parecida, embora ali o Partido Comunista tivesse mais força do que em outros países.

Foi a crise de 2008 e as chamadas políticas de austeridade que geraram a onda de protestos mundial. E nela uma esquerda de tipo novo despontou na Grécia (Syriza) e na Espanha (Podemos), por exemplo, ou tendeu a reforçar outros grupos já estabelecidos na extrema esquerda e mesmo a contestação anarquista.

## Dilemas do PSOL

Isso explica em parte o fato de o PSOL ter tido dificuldade de se implantar de maneira mais homogênea no território nacional e crescer eleitoralmente. Como no caso europeu, ele teve que enfrentar um *gap* entre a sua crise de nascimento e a desmoralização das políticas de austeridade.

Internamente, ter sobrevivido já foi um sucesso. Isso porque o partido não podia imitar a história petista. O PT cresceu não tanto por ser uma alternativa de programa (como vimos), mas por ter apresentado uma nova forma organizativa espontânea de núcleos de base. É claro que no momento crucial lhe faltou a coragem política para implementar um programa econômico alternativo.

O PT também contou com notável apoio de um novo sindicalismo, hoje totalmente transformado, de uma miríade de movimentos sociais e da área intelectual. Mas para o PSOL a tarefa é mais difícil. O PT cresceu antes da revolução informática, da decomposição de bases sindicais pela terceirização e das mudanças religiosas e de valores hoje predominantes. O mundo intelectual não é mais aquele mobilizável por alguns grandes nomes da Universidade de São Paulo (USP) e de outros centros em poucas regiões do País. Houve uma massificação acadêmica derivada da expansão de universidades públicas sob o governo Lula. Mas com outros desafios salariais, de infraestrutura e de políticas sociais para estudantes.

As formas de comunicação da militância, de organização e simplesmente de encontro mudaram a política. Lideranças de esquerda foram colocadas no canto do ringue, com a facilidade da covardia virtual de adversários que se sentem protegidos e com a linguagem neofascista garantida pelo anonimato da internet. Por fim, a vitória do PT não foi uma ruptura de valores. Foi um rearranjo no interior da hegemonia liberal, permitida pelo *boom* das *commodities* e por políticas sociais importantes, mas que pagaram o preço de não alterar substancialmente a composição patrimonial e de renda no Brasil.

## Depois de junho

Junho de 2013 parece ter sido o resultado combinado de todas as mudanças acima citadas e outras mais. Abriu um novo ciclo político no País, ainda ambíguo e em disputa. A própria crise do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff abriu uma janela histórica para partidos que querem fazer uma verdadeira disputa eleitoral pela esquerda. No Brasil, fora setores cada vez menores da esquerda petista, apenas o PSOL pode cumprir esse papel no curto prazo. Mas teria que atrair em torno de si muitos aliados e criar a nova forma partidária capaz disso. Ou seja, reforçar seu papel eleitoral com movimentos combinados de política de massas. Ele não pode se restringir a um partido de denúncia das iniquidades do nosso sistema. Para esse papel, já existem outras agremiações menores na extrema esquerda ou movimentos autônomos.

Que o leitor compreenda que esta é uma opinião exterior ao partido. De alguém que acompanha simpaticamente a sua trajetória e não deseja desprezar as variadas posições de seus dirigentes e militantes.

A grande tragédia da esquerda brasileira é que temos todos, continuamente, de patinar no ponto zero, como nos lembrava Florestan Fernandes. Sempre recomeçamos tudo a cada derrota. O que a maioria do PT nunca compreendeu é que, no Brasil, a reforma e a revolução caminham juntas. É difícil ver os limites entre uma e outra. Por isso, a mínima reforma gera pânico nos de cima. Ela, em si mesma, já contém um teor radical. Isso explica a rápida conversão do PT à ordem. E mesmo assim, paga o preço cruel de ser atacado por aquilo que fez e pelo muito que não fez.

O PSOL nasceu com a potencialidade original do PT: a de aglutinar todos os descontentes. O que era tam-

bém sua fragilidade. Somente às expensas de repressão interna o PT conteve suas alas de esquerda e traçou sua linha de governo. Aos poucos, algumas delas saíram, mas fracassaram na montagem de novos partidos eleitoralmente competitivos e socialmente enraizados. O PSOL não poderá seguir tal caminho.

Mas há outro? E qual a nova forma que uma esquerda no século XXI precisa encontrar? Não são perguntas que alguém pode responder.

De todo modo, o PSOL teve a vantagem de, ao contrário de outros grupos dissidentes anteriores, ter surgido quando o PT já tinha completado seu ciclo e se tornado um partido de governo. Historicamente, é o que explica sua sobrevivência. Diante de uma monumental crise daquele projeto governista, pode-se dizer que abriu-se uma oportunidade.

A história lhe deu essa fortuna. Ele precisa agora exibir a sua *virtù*.







[www.laurocampos.org.br](http://www.laurocampos.org.br)

[fundacao@laurocampos.org.br](mailto:fundacao@laurocampos.org.br)

Al. Barão de Limeira, 1400 - C. Elíseos - São Paulo | SP

Fotos:

Acervo Liderança do PSOL: pág.18-19, 50-51, 64-65, 76-77,  
88-89, 102-103 e 172-173

Shlo: pág.110-111, 120-121, 134-135, 148-149, 162-163

Este livro foi composto em Agaramond em corpo 11,5  
e os títulos em Trajan 20

# um partido necessário

## 10 anos do PSOL

O leitor tem em mãos uma síntese de diferentes percepções sobre o PSOL, sobre seu passado, seu presente e seu futuro. Nela convivem tradições das mais diversas: comunistas, trotskistas, socialistas democráticos, trabalhistas de esquerda e reformistas radicais. Essas diferentes perspectivas, que enriquecem o PSOL enquanto “abrigo” daqueles que não se reconhecem nos demais partidos de esquerda, são sua fortaleza. Embora nem sempre seja fácil encontrar um justo equilíbrio para a convivência dessas diferentes tradições no interior do PSOL, é o que reforça sua vocação para ser o desaguadouro do já mencionado processo de reorganização da esquerda brasileira.

Os organizadores

